

4 A

município
tavira

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. RELATÓRIO FINANCEIRO	10
2.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	10
2.1.1. Principais destaques.....	10
2.1.2. Indicadores.....	11
2.1.3. Equilíbrio orçamental.....	14
2.1.4. Análise da receita.....	16
2.1.4.1. Receita corrente.....	19
2.1.4.2. Receita de capital e outras receitas.....	22
2.1.4.3. Transferências e subsídios obtidos.....	24
2.1.5. Análise da despesa.....	27
2.1.5.1. Análise da despesa corrente.....	30
2.1.5.2. Análise da despesa de capital.....	34
2.1.5.3. Transferências e subsídios concedidos.....	36
2.1.6. Movimentos de tesouraria.....	37
2.2. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	39
2.2.1. Análise ao balanço.....	39
2.2.2. Análise à demonstração de resultados.....	41
2.2.3. Dívida.....	42
2.2.3.1. Dívida global.....	42
2.2.3.2. Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	46
2.2.3.3. Serviço da dívida.....	46
2.2.3.4. Dívida total.....	47
2.2.4. Contabilidade de custos.....	50
3. CONCLUSÃO	53
8. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	54
8.1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	54
8.1.1 – Identificação.....	54
8.1.2 – Legislação.....	54
8.1.3 – Estrutura organizacional.....	54
8.1.4 – Descrição sumária das atividades.....	55
8.1.5 – Recursos humanos.....	57
8.1.6 – Organização contabilística.....	58

8.1.7 Outras informações relevantes	58
8.1.7.1 Regulamentos internos e outros documentos informativos	58
8.1.7.2 Ação inspetiva	58
8.1.7.3 Documentos de gestão.....	59
8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	60
8.2.1 Disposições do POCAL derogadas	60
8.2.2 Contas do balanço e demonstração de contas não comparáveis entre anos.....	60
8.2.3 Critérios de valorimetria.....	60
8.2.6. Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento	61
8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado	61
8.2.8. Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações	62
8.2.9 Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações	63
8.2.10 Reavaliação de bens de imobilizado	63
8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações	63
8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.....	63
8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira	64
8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	64
8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização	65
8.2.16 Entidades participadas	65
8.2.17 Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria	67
8.2.18 Discriminação de outras aplicações financeiras.....	67
8.2.19 Diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado ..	67
8.2.20 Fundamentação do ponto 8.2.19	67
8.2.21 Justificação de provisões extraordinárias que prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.....	67
8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa	67
8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia	67
8.2.24 Obrigações e outros títulos emitidos pela entidade	67
8.2.25 Dívidas em mora na conta “Estado”	67
8.2.26 Contas de Ordem.....	67
8.2.27 Provisões acumuladas	68
8.2.28 Fundo patrimonial	69
8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	69
8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros.....	70

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários.....	70
8.2.33 Acontecimentos após a data de balanço	71

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Execução da receita cobrada e da despesa paga.....	10
Gráfico 2 Variação da receita cobrada e da despesa paga 2018/2019	11
Gráfico 3 Indicadores de receita 2015 a 2019	12
Gráfico 4 Indicadores de despesa 2015 a 2019	13
Gráfico 5 Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida 2015 a 2019	13
Gráfico 6 Evolução da estrutura financeira 2015 a 2019.....	14
Gráfico 7 Aferição do equilíbrio orçamental	15
Gráfico 8 Poupança corrente 2019.....	15
Gráfico 9 Distribuição de receitas 2019.....	17
Gráfico 10 Distribuição de receitas 2018.....	18
Gráfico 11 Evolução das receitas cobradas 2015/2019.....	18
Gráfico 12 Variação das principais receitas correntes 2018/2019	21
Gráfico 13 Principais receitas correntes de 2019.....	21
Gráfico 14 Evolução dos Impostos diretos 2015/2019.....	22
Gráfico 15 – Principais receitas de capital 2019.....	23
Gráfico 16 Evolução do saldo de gerência 2015/2019	24
Gráfico 17 Distribuição das transferências recebidas	25
Gráfico 18 Principais projetos cofinanciados	27
Gráfico 19 Distribuição da despesa - 2019	29
Gráfico 20 Distribuição da despesa - 2018.....	29
Gráfico 21 Evolução das despesas 2015/2019	30
Gráfico 22 Distribuição da despesa corrente realizada/faturada	32
Gráfico 23 Despesas com o pessoal.....	33
Gráfico 24 Variação da aquisição de bens e serviços 2018/2019.....	34
Gráfico 25 Variação da aquisição de bens de capital 2018/2019.....	35
Gráfico 26 Distribuição das transferências concedidas.....	36
Gráfico 27 – Evolução dos pagamentos e recebimentos – 2015/2019.....	38
Gráfico 28 – Variação da dívida – 2018/2019	43
Gráfico 29 – Distribuição da dívida – 2019.....	44
Gráfico 30 – Evolução da dívida – 2015/2019.....	44
Gráfico 31 – Prazo médio de pagamento a fornecedores.....	46
Gráfico 32 – Limite da dívida total	49
Gráfico 33 – Distribuição dos custos por funções – 2018/2019.....	52

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Análise orçamental	10
Quadro 2 Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica	16
Quadro 3 Execução da receita 2018/2019.....	17
Quadro 4 Receita corrente executada 2018/2019	20
Quadro 5 Execução da receita de capital e das outras receitas 2018/2019.....	23
Quadro 6 Receita proveniente de transferências	25
Quadro 7 Receita corrente comparticipada	26
Quadro 8 Receita de capital comparticipada	26
Quadro 9 Despesa por fases 2019	28
Quadro 10 Despesa realizada/faturada 2018/2019	28
Quadro 11 Despesa corrente realizada/faturada 2018/2019	31
Quadro 12 Despesa com o pessoal 2018/2019	32
Quadro 13 Despesa de capital realizada/faturada 2018/2019.....	35
Quadro 14 Despesas realizadas com transferências e subsídios 2018/2019	36
Quadro 15 – Resumo da conta de gerência	37
Quadro 16 – Garantias e cauções	38
Quadro 17 – Balanço sintético	39
Quadro 18 – Indicadores ao balanço	40
Quadro 19 – Demonstração de resultados por natureza.....	42
Quadro 20 – Dívida - 2018/2019	43
Quadro 21 – Empréstimos de médio e longo prazo.....	45
Quadro 22 – Serviço da dívida – 2018/2019	46
Quadro 23 – Limite da dívida total.....	47
Quadro 24 – Apuramento da dívida total	47
Quadro 25 – Custos por função – 2018/2019	50

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2019, a economia portuguesa manteve a trajetória de recuperação, apresentado um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,2%, superando assim as expectativas do governo.

Por outro lado, o emprego apresentou o menor crescimento desde 2013, mantendo-se no entanto a trajetória descendente da taxa de desemprego, que em 2019, desceu para os 6,5%.

No que toca à gestão municipal, e mais concretamente na gestão de recursos humanos, o ano 2019 fica marcado pelo regresso de alguns trabalhadores nomeadamente da empresa municipal TaviraVerde, E.M., bem como pelo recrutamento de 18 assistentes operacionais e 2 técnicos superiores.

Destaca-se ainda, a continuidade da redução da dívida do município em cerca de 1,1 milhões de euros para cerca 7,5 milhões de euros, os quais são essencialmente dívida de médio e longo prazo, dado que continuam a ser realizados pagamentos abaixo de 30 dias.

Durante o ano de 2019 o executivo continuou, e consolidou, um conjunto de projetos e apoios necessários para promover o crescimento do concelho e o bem-estar da sua população, nomeadamente em termos de ação social, educação, cultura, desporto e acessibilidades, dos quais se destaca:

- os apoios às famílias, através não só da oferta do material escolar como dos livros de fichas aos alunos do 1º ciclo, da diminuição do IMI e da adoção do IMI familiar;
- o aumento dos apoios às associações sociais, desportivas culturais e recreativas com vista ao desenvolvimento do seus Planos de Atividades;
- o incremento da programação cultural com os novos programas “Viva a Primavera” (municipal) e “365 Algarve” (regional), como meio de combate à sazonalidade do turismo, bem como a realização de exposições temporárias no Museu Municipal de Tavira e seus Núcleos;
- a consolidação dos eventos “Dia da Cidade”, “Verão em Tavira”, “Feira da Dieta Mediterrânica”, “Feira da Juventude” e “Passagem do Ano”;
- a promoção do concelho juntos de entidades internas e externas de modo a potenciar o seu desenvolvimento económico.

A continuidade da reabilitação da rede viária do concelho, da reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro, da requalificação de equipamentos escolares, bem como o início dos trabalhos de construção da nova Ponte sobre o Rio Gilão e da conservação das Piscinas Municipais, assumiram especial destaque no ano de 2019, não só devido à importância que as mesmas assumem na melhoria das infraestruturas do concelho, mas

também pelo investimento financeiro que as mesmas envolvem.

Não obstante as empreitadas já referidas outras se verificaram ainda no ano em análise, das quais se destacam:

Empreitadas concluídas:

- Requalificação da EN 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo – €684.418;
- Obras de Conservação na Escola EB1+JI da Conceição - €293.202;
- Intervenção na Cobertura do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho - €132.468;
- Reabilitação de Parques Infantis do Concelho - €199.602;
- Intervenção no Mercado da Ribeira - €134.277;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho, Freguesia de Santa Luzia - €91.987;
- Intervenção nas Instalações da CPCJ - €32.296;
- Obras de Conservação no Edifício da Fontinha e Estação Elevatória - €54.300;
- Obras de Conservação nas Coberturas das Lojas do Mercado Municipal de Tavira - €136.000;
- Obras de Conservação e Beneficiação da Rede Viária do Concelho – Arruamentos e Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão - €199.194;
- Obras de Conservação da Cobertura Exterior do Mercado – Lado Sul - €112.048;
- Intervenção na Escola da Porta Nova - €15.556.

Empreitadas em curso:

- Empreitada de Reabilitação e Recuperação do edifício da Antiga Segurança Social - Futuras Instalações Municipais - €149.506;
- Obras de Conservação em Habitação Social – Intervenção o interior de habitações na Atalaia, Horta do Carmo e Santa Catarina da Fonte do Bispo - €214.270;
- Requalificação da EN 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo - €684.418;
- Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro - €4.695.598;
- Requalificação da Escola EB1 e Pré-Escolar de Santo Estêvão - €626.928;
- Reforço Estrutural do Edifício do Compromisso Marítimo - €122.091;
- Ponte sobre o rio Gilão na ligação do Largo da Caracolinha à Rua do Cais - €1.472.334;
- Beneficiação de Recintos Polidesportivos - €138.375;
- Obras de conservação nas piscinas municipais de Tavira - €1.339.952;
- Empreitada de execução da Ponte pedonal e ciclável sobre a ribeira do Almargem - €158.355;
- Intervenção na escola EB1 + JI da Conceição - €4.229.

- Caminhos Municipais na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira - Lote 1 a 3 - €1.017.056;
- Casa da aldeia e Jardim Público de Cachopo - €260.496;
- Beneficiação dos Espaços Exteriores nas Escolas do Concelho - €90.000;
- Conservação e Restauro do património integrado e móvel da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo - €259.949;
- Obras de conservação nos paramentos exteriores e interiores da Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo - €70.500;
- Intervenção em Espaço Público no Concelho - €214.707;
- Requalificação da Fonte Férrea de Cachopo - €158.714;
- Intervenção em fogos de habitação social - €51.786;
- Remodelação da iluminação na rotunda de acesso da EN270 à A22 - €44.454;
- Intervenção no Mercado da Ribeira – Impermeabilização da Cobertura – 116.417;

O ano 2019 fica ainda marcado por uma alteração no executivo municipal com a renúncia ao mandato do Presidente Jorge Botelho assumindo a presidência a Vice-Presidente Ana Paula Martins.

Também no que toca à vereação renunciou ao mandato a Vereadora Cristina Martins assumindo a função de vereador com pelouros o candidato seguinte na lista José Vitorino, por outro lado e de modo a completar o executivo, também se verificou a entrada na vereação, mas sem pelouros atribuídos, do candidato Daniel Sousa.

Importa referir que o ano de 2020, será atípico a diversos níveis: social, cultural, desportivo, económico, financeiro, de entre outros; por força do surto de novo coronavírus SARS-CoV -2, que será abordado no ponto 8.2.33 das demonstrações financeiras deste relatório.

O relatório que se segue trata-se de um documento técnico que pretende demonstrar de uma forma clara e detalhada qual a posição das receitas e das despesas municipais, bem como uma análise da situação económico – financeira do município.

2. RELATÓRIO FINANCEIRO

2.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1.1. Principais destaques

Em termos orçamentais, verificamos através do quadro 1, que a receita cobrada no ano de 2019 foi 95,57% da receita orçamentada, destacando-se claramente a receita corrente. Comparativamente com o ano 2018 houve uma execução menor, no entanto, cobrou-se mais cerca de 4,6 milhões. Em relação à despesa paga, confirma-se uma quebra na sua execução, para apenas 54,45%, fruto da menor realização de despesas de capital.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Unidade: €

RÚBRICAS	2019			2018		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Total da receita	51.700.000	49.408.539	95,57%	45.000.000	44.785.932	99,52%
Receita corrente	29.600.000	29.153.426	98,49%	27.560.000	28.803.826	104,51%
Receita capital	3.500.000	1.665.346	47,58%	2.300.000	831.381	36,15%
Outras receitas	18.600.000	18.589.766	99,94%	15.140.000	15.150.726	100,07%
Total da despesa	51.700.000	28.152.980	54,45%	45.000.000	26.232.588	58,29%
Despesa corrente	29.200.000	22.514.255	77,10%	27.000.000	20.358.614	75,40%
Despesa capital	22.500.000	5.638.725	25,06%	18.000.000	5.873.973	32,63%

Quadro 1 | Análise orçamental

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

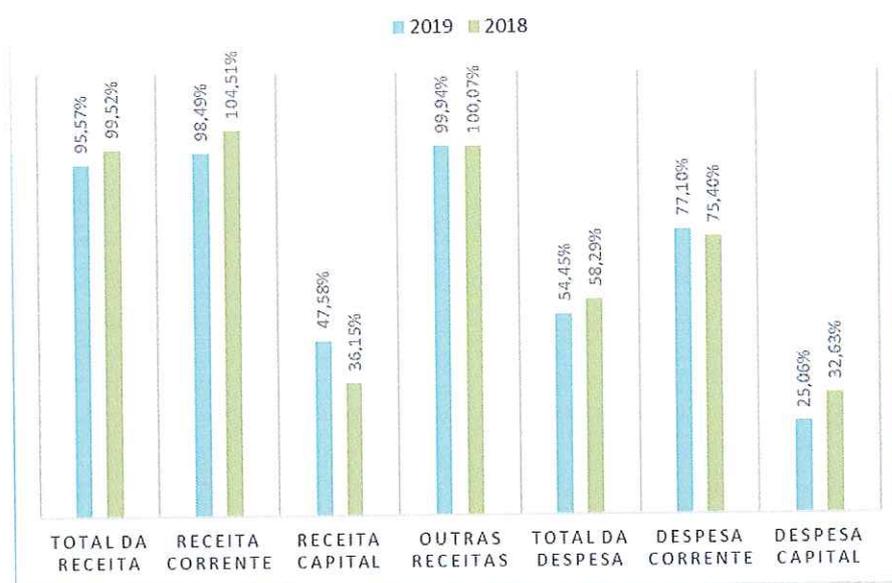


Gráfico 1 | Execução da receita cobrada e da despesa paga

O gráfico 1, compreende os dados do quadro 1 – “Análise orçamental”, o que permite visualizar melhor a descida generalizada da execução em 2019, comparativamente ao ano anterior, quer ao nível da receita, quer da despesa.

No que concerne à variação da receita cobrada e da despesa paga, entre 2018/2019, podemos concluir através do gráfico 2, que apesar das execuções terem diminuído, registaram-se subidas de todos os montantes cobrados, tendo a receita de capital registado um aumento de 100,31%, seguida das outras receitas com 22,70% e da receita corrente com 1,21%. No lado da despesa registou-se um aumento da despesa corrente paga em 10,59% e uma diminuição da despesa de capital de 4%.

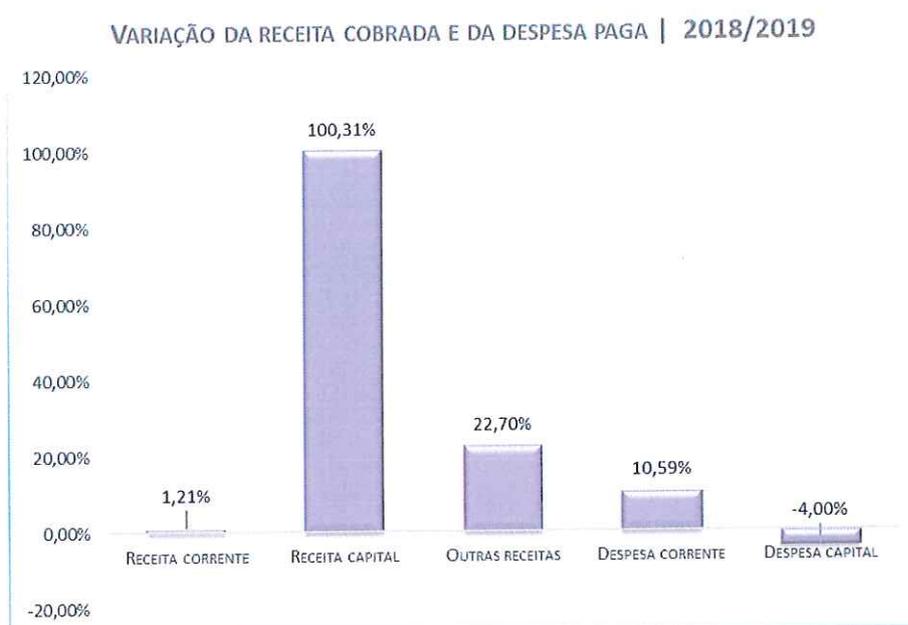


Gráfico 2 | Variação da receita cobrada e da despesa paga | 2018/2019

2.1.2. Indicadores

Os indicadores orçamentais visam efetuar comparações entre as principais componentes contabilísticas, sendo de grande relevância analisar a sua evolução, num horizonte temporal de 5 anos, e por tipo de indicador: de receita; de despesa; de equilíbrio orçamental e dívida.

Em relação aos indicadores de receita, verificamos no gráfico 3, que:

- a receita total¹ tem vindo a crescer, sendo que os últimos 4 anos o crescimento tem sido mais ou menos estável, rondando os 4%.

¹ A receita total consiste no somatório da receita corrente e a de capital, não incluindo o saldo de gerência nem as reposições não abatidas nos pagamentos (classificações económicas 15 e 16).

- As receitas municipais são quase na sua totalidade de natureza corrente, estas representam mais de 90% das receitas totais, nos últimos 5 anos;
- As receitas fiscais² continuam a ser as receitas correntes mais importantes, chegando aos 63,74% em 2019, o que comprova a sua relevância nas receitas totais do Município.
- Quanto ao grau de independência financeira, tem vindo a aumentar por força do crescimento das receitas próprias³, atingindo os 72,24% em 2019, demonstrando que o Município de Tavira reduziu a sua dependência das transferências e dos passivos financeiros. Considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias são superiores a pelo menos 50% das receitas totais.

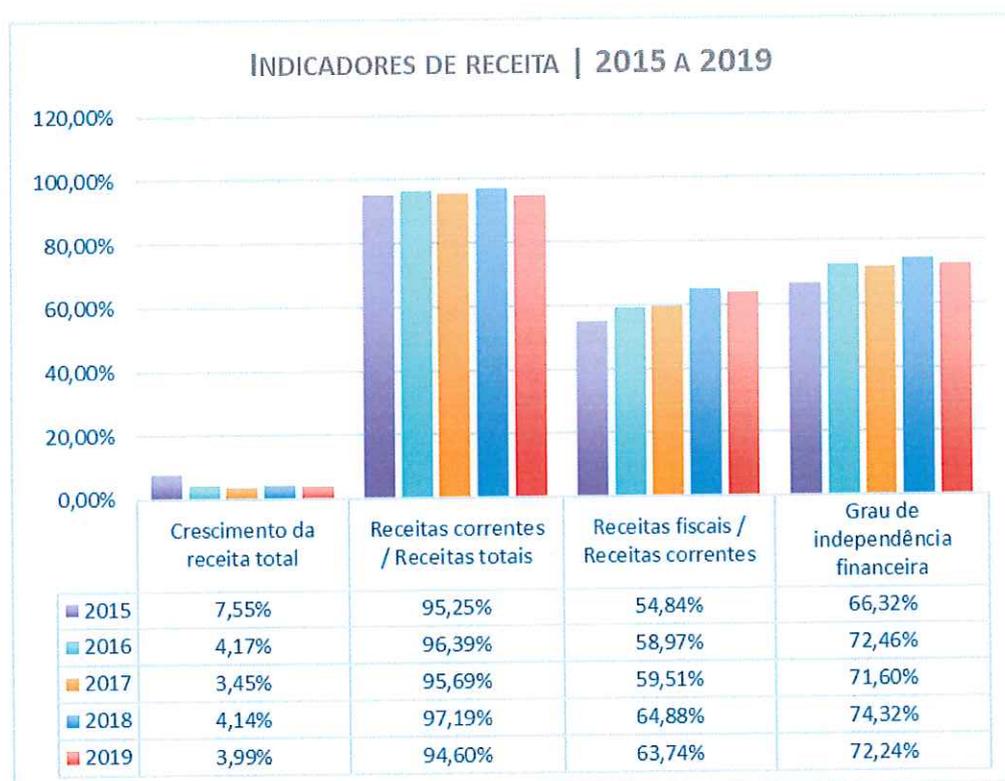


Gráfico 3 | Indicadores de receita | 2015 a 2019

Quanto aos indicadores da despesa⁴, voltou-se a registar um crescimento no corrente ano, em 6,89%, depois de no ano anterior ter-se verificado um decréscimo (gráfico 4). As despesas correntes continuam a ser as principais despesas do Município, rondando cerca de dois terços, nestes 5 anos, atingindo o valor máximo no corrente ano com 80,29%. As despesas com pessoal continuam a ser uma fatia muito importante das

² As receitas fiscais resultam do somatório dos impostos diretos, indiretos e taxas e multas, com as classificações económicas 01, 02 e 04, respetivamente.

³ As receitas próprias são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros, ou seja, são os montantes de receita cobrados nas classificações económicas: 01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 11, 13.

⁴ Todos os indicadores da despesa são apurados com base nos valores faturados/realizados em cada orçamento anual.

despesas correntes da autarquia, tendo atingido os 41,03% no corrente ano.

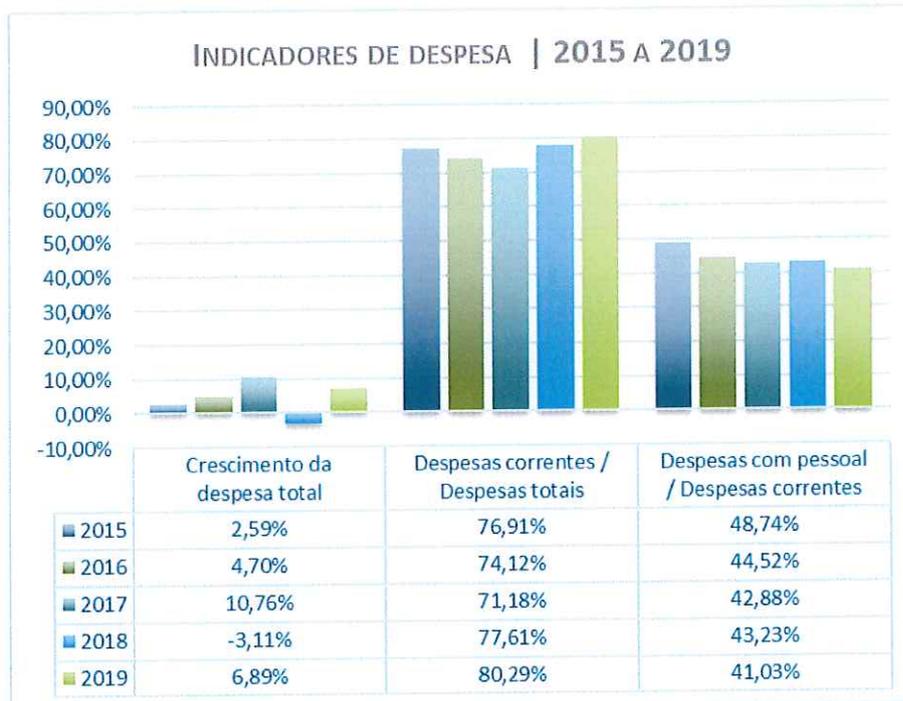


Gráfico 4 | Indicadores de despesa | 2015 a 2019

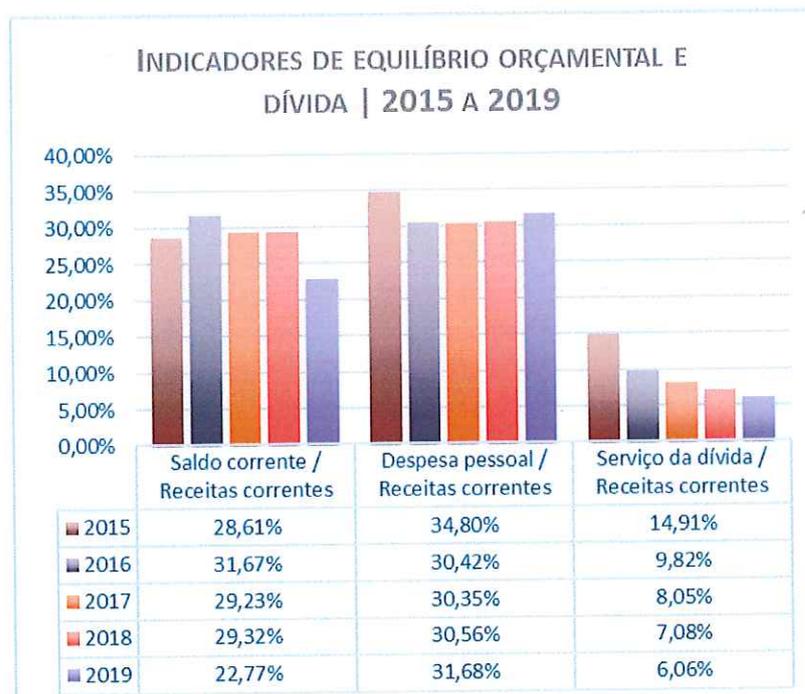


Gráfico 5 | Indicadores de equilíbrio orçamental e dívida | 2015 a 2019

No que concerne aos indicadores de equilíbrio orçamental e dívida (gráfico 5), continua-se a verificar um

peso relevante do saldo corrente⁵ face às receitas correntes realizadas, o que permite a afetação de receitas correntes na realização de investimento, e demonstra a existência de equilíbrio orçamental. As despesas com o pessoal têm vindo a pesar cerca de um terço nas receitas correntes, ficando-se pelos 31,68% em 2019. O serviço da dívida⁶ tem diminuído de forma sustentada, e em 2019 representou apenas 6,06% das receitas correntes, em virtude da diminuição do endividamento de médio e longo prazo com a consequente redução do montante despendido em amortização e juros de empréstimos.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA | 2015 A 2019

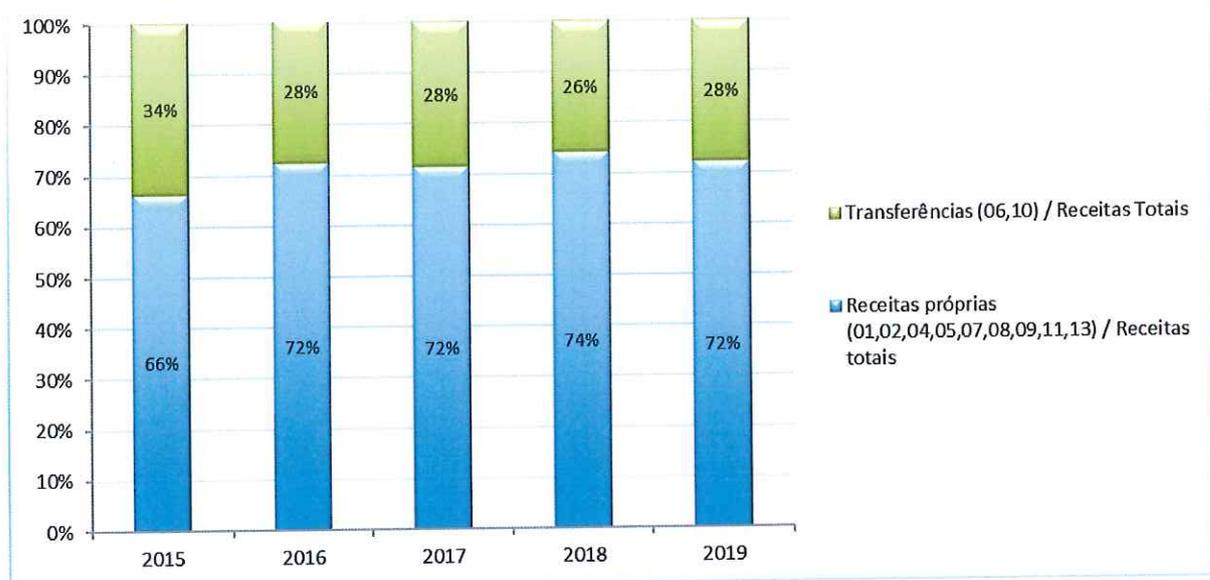


Gráfico 6 | Evolução da estrutura financeira | 2015 a 2019

O gráfico 6, ilustra a evolução da estrutura financeira do Município de Tavira, nos últimos 5 anos, onde se verifica que as receitas próprias têm rondado os 72% a 74%, demonstrando que a autarquia, atualmente, dispõe de uma autonomia financeira relevante.

2.1.3. Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Neste sentido, quer o orçamento inicial, quer o final, após as 13 alterações e 1 revisão, deu cumprimento a este princípio, dado que as receitas correntes orçadas são sempre

⁵ O saldo corrente resulta das receitas correntes cobradas menos as despesas correntes realizadas/faturadas.

⁶ O serviço da dívida consiste no somatório da despesa paga de juros e amortizações, classificações económicas 03 e 10, respetivamente.

superiores às despesas correntes orçadas.

AFERIÇÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

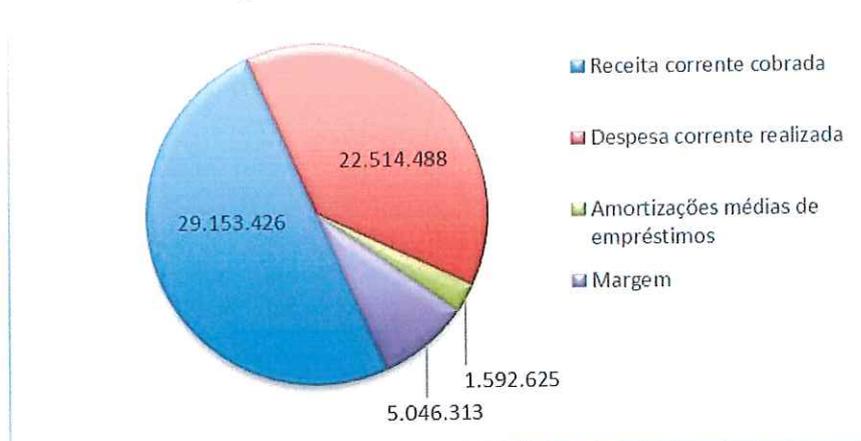


Gráfico 7 | Aferição do equilíbrio orçamental

POUPANÇA CORRENTE | 2019

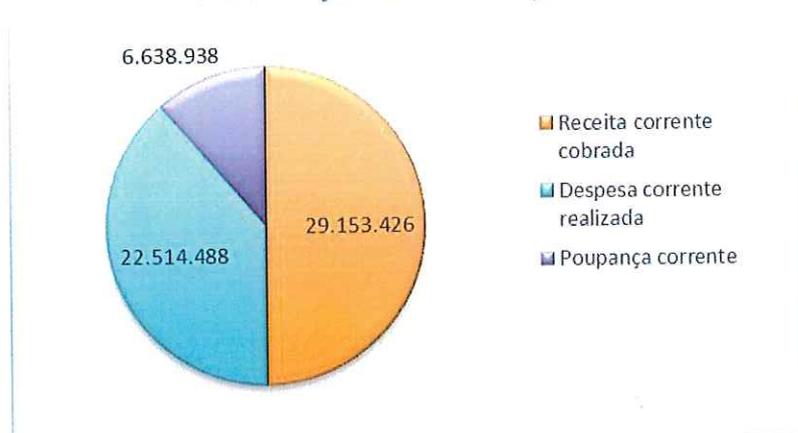


Gráfico 8 | Poupança corrente | 2019

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, surgiu mais um critério para aferição do equilíbrio orçamental. Refere o n.º 2 do artigo 40.º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Assim, no gráfico 7, verificamos que a receita corrente bruta cobrada ultrapassa a despesa corrente realizada mais as amortizações médias dos empréstimos em €5.046.313, cumprindo-se assim o critério.

Em termos de poupança corrente, em 2019, atingiram-se cerca de 6,6 milhões de euros, conforme ilustrado no gráfico 8. Ou seja, apenas se realizaram €22.514.488 de despesa corrente comparativamente com os €29.153.426 de receitas correntes cobradas. Esta poupança é um indicador importante dado que reflete o montante que pode ser canalizado para o financiamento de despesas de investimento de médio e longo

prazo (despesas de capital).

2.1.4. Análise da receita

No ano de 2019, foi utilizado o saldo da gerência anterior, de cerca de 18,5 milhões de euros, o que fez com o orçamento atingisse o montante total de 51,7 milhões de euros, onde €29.600.000 correspondem a receita corrente, €3.500.000 a receita de capital e €18.600.000 a outras receitas.

RECEITA ORÇADA, LIQUIDADADA E COBRADA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	LIQUIDADADA	COBRADA	Unidade: €
				GRAU DE EXECUÇÃO
Impostos diretos	16.276.300	16.536.947	16.536.947	101,60%
Impostos indiretos	611.900	1.402.538	1.335.304	218,22%
Taxas, multas e outras penalidades	797.100	884.135	710.360	89,12%
Rendimentos de propriedade	2.823.100	2.475.405	2.170.520	76,88%
Transferências correntes	7.550.700	6.950.132	6.948.132	92,02%
Venda de bens e serviços correntes	1.153.300	1.293.995	1.101.845	95,54%
Outras receitas correntes	387.600	414.338	350.319	90,38%
Receitas correntes	29.600.000	29.957.489	29.153.426	98,49%
Venda de bens de investimento	115.600	66.586	57.000	49,31%
Transferências de capital	3.383.300	1.608.346	1.608.346	47,54%
Ativos financeiros	200	0	0	0,00%
Passivos financeiros	200	0	0	0,00%
Outras receitas de capital	700	0	0	0,00%
Receitas capital	3.500.000	1.674.933	1.665.346	47,58%
Reposições não abatidas nos pagamentos	19.012	8.778	8.778	46,17%
Saldo da gerência anterior	18.580.988	18.580.988	18.580.988	100,00%
TOTAL	51.700.000	50.222.188	49.408.539	95,57%

Quadro 2 | Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

No quadro 2, é demonstrada a receita dotada em orçamento, a liquidada e a cobrada por tipo de classificação económica, e respetivo grau de execução⁷, que atingiu no corrente ano os 95,57%. No caso das receitas correntes, a execução situou-se nos 98,49% e a receita de capital nos 47,58%, ficando bastante aquém do estimado, por força da fraca execução dos fundos comunitários. Algumas rúbricas apresentaram execuções excedentárias face ao previsto em sede de orçamento, dado que este é elaborado com base nas regras previsionais estabelecidas no ponto 3.3 do POCAL, que estabelece como limite na maioria dos casos a média das receitas dos últimos 2 anos. Este excesso de execução é ilustrativo da retoma que se vem sentindo na economia dado que proporciona o crescimento de receitas em impostos e taxas.

⁷ Grau de execução = Receita cobrada / Receita orçada

EXECUÇÃO DA RECEITA | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICA	2019		2018		VARIACÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Impostos diretos	16.536.947	33,47%	17.471.786	39,01%	-934.839	-5,35%
Impostos indiretos	1.335.304	2,70%	566.987	1,27%	768.317	135,51%
Taxas, multas e outras penalidades	710.360	1,44%	648.459	1,45%	61.900	9,55%
Rendimentos de propriedade	2.170.520	4,39%	1.823.346	4,07%	347.174	19,04%
Transferências correntes	6.948.132	14,06%	6.955.307	15,53%	-7.176	-0,10%
Venda de bens e serviços correntes	1.101.845	2,23%	1.037.657	2,32%	64.187	6,19%
Outras receitas correntes	350.319	0,71%	300.283	0,67%	50.037	16,66%
Receitas correntes	29.153.426	59,00%	28.803.826	64,31%	349.601	1,21%
Venda de bens de investimento	57.000	0,12%	2.530	0,01%	54.470	2152,96%
Transferências de capital	1.608.346	3,26%	655.995	1,46%	952.351	145,18%
Ativos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	---
Outras receitas de capital	0	0,00%	172.855	0,39%	-172.855	-100,00%
Receitas capital	1.665.346	3,37%	831.381	1,86%	833.966	100,31%
Reposições não abatidas nos pagamentos	8.778	0,02%	20.005	0,04%	-11.226	-56,12%
Saldo da gerência anterior	18.580.988	37,61%	15.130.722	33,78%	3.450.266	22,80%
TOTAL	49.408.539	100%	44.785.932	100%	4.622.607	10,32%

Quadro 3 | Execução da receita | 2018/2019

Em relação à execução da receita, o quadro 3, demonstra que, em termos globais, a receita do Município de Tavira em 2019, teve um aumento de 10,32% (€4.622.607). No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento é de apenas 3,99% (€1.183.567).

DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS | 2019

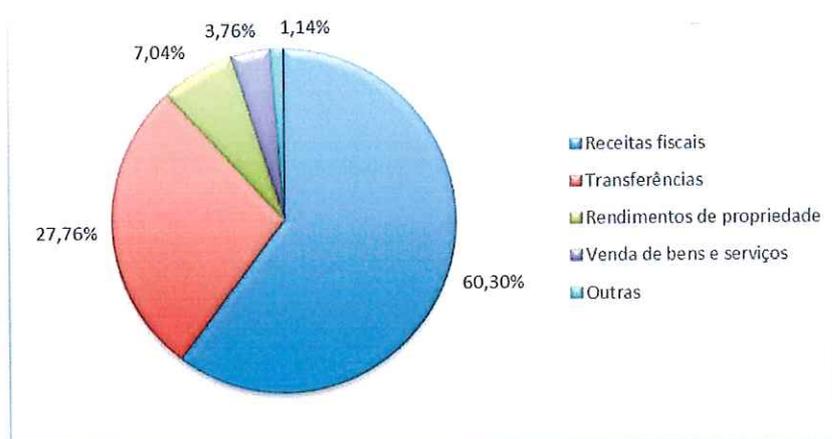


Gráfico 9 | Distribuição de receitas | 2019

A receita aumentou significativamente no corrente ano face ao anterior, motivada pelo aumento da receita de capital que registou um acréscimo de €833.966, que resultou do incremento dos "Transferências de

capital”, e pelo aumento do saldo de gerência (€3.450.266).

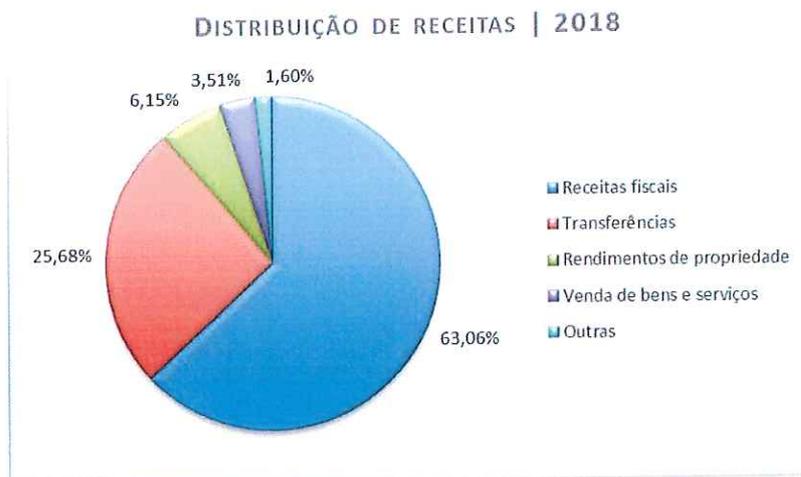


Gráfico 10 | Distribuição de receitas | 2018

De realçar ainda, o peso relevante que o “Saldo de gerência anterior” tem no orçamento total da autarquia, atingindo os 37,61% no corrente ano, ou seja, cerca de um terço do orçamento.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS | 2015/2019



Gráfico 11 | Evolução das receitas cobradas | 2015/2019

Nos gráficos 9 e 10, podemos visualizar que a distribuição das principais receitas do Município em 2019 e 2018, sofreram algumas alterações, com as “Receitas fiscais⁸” a diminuírem ligeiramente a sua representação para 60,30% em 2019, por contrapartida do aumento da representação das “Transferências⁹” para 27,76%,

⁸ As receitas fiscais são compostas pelas rúbricas: impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

⁹ Inclui as transferências correntes e as de capital.

dos “*Rendimentos de propriedade*” para 7,04% e das “*Vendas de bens e serviços*¹⁰” para 3,76%.

Em termos globais, importa ainda apreciar o gráfico 11, que ilustra a evolução das receitas cobradas¹¹, num horizonte temporal de 5 anos, para se perceber que as receitas da autarquia, têm vindo a apresentar um crescimento gradual, com a receita corrente a dominar claramente.

2.1.4.1. Receita corrente

A receita corrente é o principal tipo receita da autarquia, tal como verificado anteriormente, sendo a sua execução determinante para o bom desempenho das competências da autarquia.

No quadro 4, encontram-se discriminadas as principais rúbricas que compõem a receita corrente, e a sua execução nos anos de 2019 e 2018. Observando-se, no corrente ano, que esta cresceu apenas 1,21% (€349.601), face ao ano anterior.

O principal motivador deste crescimento ligeiro foi a subida significativa registada nos “*Impostos indiretos*”, 135,51% (€768.317), e nos “*Rendimentos de propriedade*” com 19,04% (€347.174), sendo que esta última resultou apenas da contabilização orçamental de um dos trimestres da renda da EDP (em 2018 apenas foram registados 3 trimestres enquanto em 2019 registaram-se 4) que compensou a quebra sentida nos “*Impostos diretos*” de 5,35% (€934.839), face ao período homólogo.

De referir ainda, o crescimento de 16,66% (€50.037) das “*Outras receitas correntes*”, 9,55% (€61.900) das “*Taxas, multas e outras penalidades*”, e 6,19% (€64.187) das “*Vendas de bens e serviços correntes*”.

Se apreciarmos a receita mais detalhada, e em termos absolutos, verificamos que as descidas mais relevantes ocorreram nas rúbricas: “*IMI*” com €521.941, “*IMT*” com €465.607 e “*FEF/FSM e Participação no IRS*” com €118.412. Enquanto a redução do IMI resultou, em parte, da diminuição da taxa a aplicar para o corrente ano, a do “*IMT*” poderá ser entendida como um ligeiro abrandamento na economia, no que concerne ao mercado imobiliário. No entanto, verificou-se um aumento significativo nos “*Loteamentos e obras*” com €721.818, o que denota que continuará a haver investimento nesta área a curto/médio prazo.

Para se perceber melhor, e com mais detalhe as variações das principais receitas nos anos de 2018/2019, podemos verificar o gráfico 12, que espelha o referido anteriormente, quer a nível dos aumentos quer a nível das diminuições.

¹⁰ Inclui as vendas de bens e serviços correntes e de capital,

¹¹ Não compreende os montantes das rúbricas do saldo da gerência, nem das reposições abatidas aos pagamentos.

RECEITA CORRENTE EXECUTADA | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICA	ORÇADO	2019		2018		Variação 2018-2019	
		EXECUTADA	TAXA DE EXECUÇÃO	EXECUTADA	%	€	
Impostos diretos	16.276.300	16.536.947	101,60%	17.471.786	-5,35%	-934.839	
IMI	7.950.000	7.432.480	93,49%	7.954.421	-6,56%	-521.941	
IUC	710.900	798.290	112,29%	745.383	7,10%	52.907	
IMT	7.610.400	8.306.177	109,14%	8.771.784	-5,31%	-465.607	
Derrama	5.000	0	0,00%	198	-100,00%	-198	
Impostos indiretos	611.900	1.335.304	218,22%	566.987	135,51%	768.317	
Mercados e feiras	1.700	1.675	98,52%	1.723	-2,79%	-48	
Loteamentos e obras	416.400	1.132.749	272,03%	410.931	175,65%	721.818	
Ocupação da via pública	125.800	148.097	117,72%	97.414	52,03%	50.683	
Publicidade	40.500	30.638	75,65%	28.635	7,00%	2.004	
Outros	27.500	22.144	80,53%	28.284	-21,71%	-6.139	
Taxas, multas e outras penalidades	797.100	710.360	89,12%	648.459	9,55%	61.900	
Loteamentos e obras	277.800	370.952	133,53%	278.235	33,32%	92.717	
Ocupação da via pública	113.200	95.396	84,27%	106.655	-10,56%	-11.259	
Outras	406.100	244.011	60,09%	263.569	-7,42%	-19.558	
Rendimentos de propriedade	2.823.100	2.170.520	76,88%	1.823.346	19,04%	347.174	
Dividendos	724.100	0	0,00%	36.697	-100,00%	-36.697	
Concessão EDP	1.600.000	1.637.537	102,35%	1.215.604	34,71%	421.933	
Concessão eólica	272.600	258.049	94,66%	274.798	-6,09%	-16.748	
Outros	226.400	274.933	121,44%	296.247	-7,19%	-21.314	
Transferências correntes	7.550.700	6.948.132	92,02%	6.955.307	-0,10%	-7.176	
FEF/FSM/Participação no IRS	6.182.300	6.227.011	100,72%	6.345.423	-1,87%	-118.412	
INEM	232.900	160.053	68,72%	199.872	-19,92%	-39.819	
Projetos cofinanciados	414.400	69.138	16,68%	69.612	-0,68%	-474	
Outras	721.100	491.930	68,22%	340.400	44,52%	151.530	
Venda de bens e serviços correntes	1.153.300	1.101.845	95,54%	1.037.657	6,19%	64.187	
Venda de bens	18.600	16.797	90,31%	9.825	70,95%	6.972	
Serviços desportivos	14.300	23.350	163,29%	14.988	55,79%	8.362	
Transporte coletivo	58.100	43.209	74,37%	43.767	-1,27%	-557	
Cemitérios	65.600	81.716	124,57%	74.027	10,39%	7.689	
Mercados e feiras	139.700	125.305	89,70%	137.105	-8,61%	-11.801	
Prolongamento de horário	20.600	22.956	111,44%	21.342	7,56%	1.614	
Refeições escolares	130.000	126.862	97,59%	124.811	1,64%	2.051	
Rendas	448.000	426.733	95,25%	371.390	14,90%	55.344	
Outras	258.400	234.916	90,91%	240.403	-2,28%	-5.486	
Outras receitas correntes	387.600	350.319	90,38%	300.283	16,66%	50.037	
TOTAL	29.600.000	29.153.426	98,49%	28.803.826	1,21%	349.601	

Quadro 4 | Receita corrente executada | 2018/2019

O gráfico 13 ilustra de uma forma clara, quais as principais receitas correntes de 2019, onde se destacam o IMT, o IMI e as Transferências provenientes do OE, demonstrando também a grande dependência destas, principalmente da receita de IMT que é uma receita volátil em comparação com as restantes, dado que depende da boa saúde dos vários agentes económicos. Numa segunda escala de grandeza surgem as receitas com a concessão da EDP, seguida dos loteamentos e obras (inclui o montante recebido na rubrica das Taxas e na dos Impostos indiretos) e do IUC.

VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES | 2018/2019

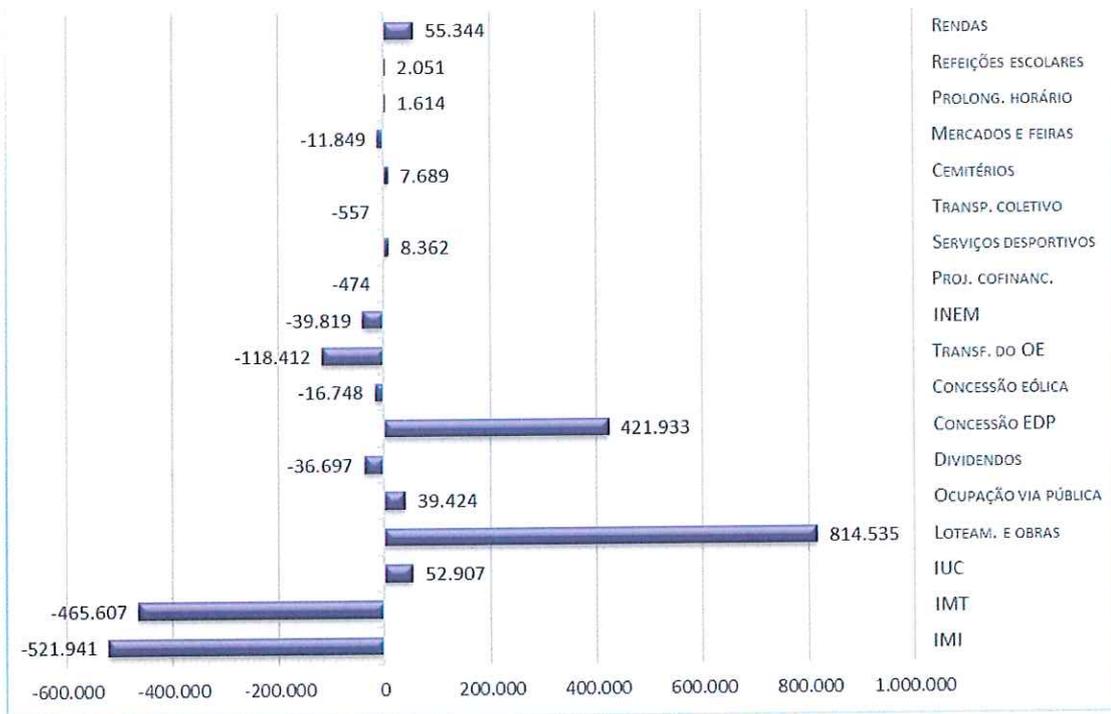


Gráfico 12 | Variação das principais receitas correntes | 2018/2019

PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES DE 2019

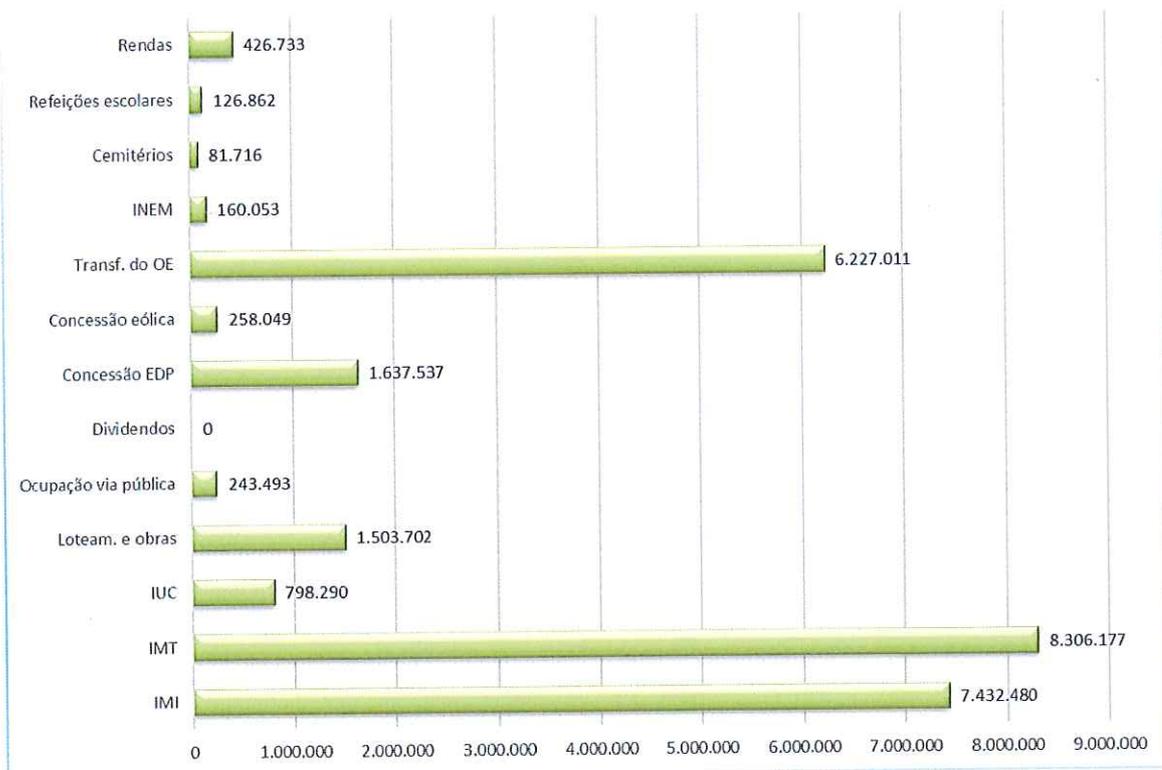


Gráfico 13 | Principais receitas correntes de 2019

Tendo presente que os impostos diretos (IMI – Imposto municipal sobre imóveis, IMT – Imposto municipal sobre transmissões de imóveis e IUC – Imposto único de circulação) são a principal fonte de receitas da autarquia, importa apreciar o seu comportamento no espaço temporal de 5 anos, para perceber a sua influência. Assim, no gráfico 14, temos a sua evolução de 2015 a 2019, onde se observa que estes impostos têm vindo a crescer até 2018, por força do crescimento do IMT, que passou de cerca de 4,4 milhões de euros em 2015 para 8,7 milhões de euros em 2018, tendo apresentado uma quebra no corrente ano, por força da redução do IMI e do IMT, conforme referido anteriormente.

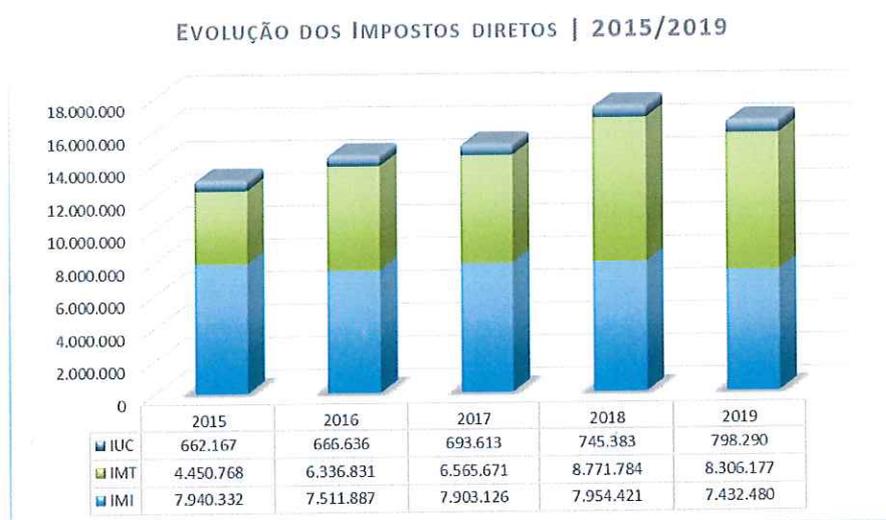


Gráfico 14 | Evolução dos Impostos diretos 2015/2019

Se apurarmos o peso do IMT e do IMI nas receitas correntes do Município de Tavira, podemos concluir que estes são fundamentais para o regular funcionamento da autarquia, pois representam em 2019, 28,49% e 25,49%¹² respetivamente.

2.1.4.2. Receita de capital e outras receitas

No quadro 5, podemos verificar a execução da receita de capital e das outras receitas por classificação económica nos anos de 2018 e 2019.

A receita de capital em 2019, apresentou um aumento significativo de 100,31% (€833.966), duplicando assim a receita cobrada no ano anterior. As outras receitas sofreram um aumento de 22,70% (€3.439.040), o que em conjunto proporcionou um crescimento de 26,74% (€4.273.006).

No corrente ano, para além do crescimento verificado na receita proveniente de “*Projetos cofinanciados*”, (€702.606), tais como a Reabilitação do Cineteatro, o Simplex 2.0 e a Rede escolar; registou-se a entrada de

¹² O peso do IMT e do IMI é o resultado do valor destes impostos a dividir pelo total das receitas correntes (dados do quadro 4 - €28.803.826).

uma nova receita proveniente do Orçamento de Estado conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 73/2013, republicada em anexo à Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, que visa compensar a participação do município nos impostos do Estado. Em contrapartida, registou-se uma quebra das “Outras receitas de capital” dado que no corrente ano não houve qualquer receita extraordinário como tinha acontecido no ano anterior com um acionamento de garantia bancária por incumprimento num processo de loteamento.

EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL E DAS OUTRAS RECEITAS | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICA	2019		TAXA DE EXECUÇÃO	2018	VARIÇÃO 2018-2019	
	ORÇADA	COBRADA		COBRADA	%	€
Venda de bens de investimento	115.600	57.000	49,31%	2.530	2152,96%	54.470
Terrenos	200	0	0,00%	0	—	0
Habitações	102.800	0	0,00%	0	—	0
Outros bens de investimento	12.600	57.000	452,38%	2.530	2152,96%	54.470
Transferências de capital	3.383.300	1.608.346	47,54%	655.995	145,18%	952.351
FEF	536.200	491.496	91,66%	545.353	-9,88%	-53.857
N.º 3 art. 35.º lei n.º 73/2013	303.600	303.602	100,00%	0	—	303.602
Projetos cofinanciados	1.601.300	813.248	50,79%	110.642	635,02%	702.606
Outros	942.200	0	0,00%	0	—	0
Ativos financeiros	200	0	0,00%	0	---	0
Passivos financeiros	200	0	0,00%	0	---	0
Outras receitas de capital	700	0	0,00%	172.855	-100,00%	-172.855
RECEITAS DE CAPITAL	3.500.000	1.665.346	47,58%	831.381	100,31%	833.966
Reposições n/abatidas aos pagamentos	19.012	8.778	46,17%	20.005	-56,12%	-11.226
Saldo da gerência anterior	18.580.988	18.580.988	100,00%	15.130.722	22,80%	3.450.266
OUTRAS RECEITAS	18.600.000	18.589.766	99,94%	15.150.726	22,70%	3.439.040
TOTAL	22.100.000	20.255.113	91,65%	15.982.107	26,74%	4.273.006

Quadro 5 | Execução da receita de capital e das outras receitas | 2018/2019

PRINCIPAIS RECEITAS DE CAPITAL | 2019



Gráfico 15 – Principais receitas de capital | 2019

No gráfico 15, encontram-se esquematizadas as principais receitas de capital no ano de 2019, e que

representam praticamente a totalidade das receitas de capital recebidas neste ano, verificando-se que os “Projetos cofinanciados” foram os mais representativos, seguidos do FEF (transferência do OE – fundo de equilíbrio financeiro) e da nova receita.

EVOLUÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA | 2015/2019

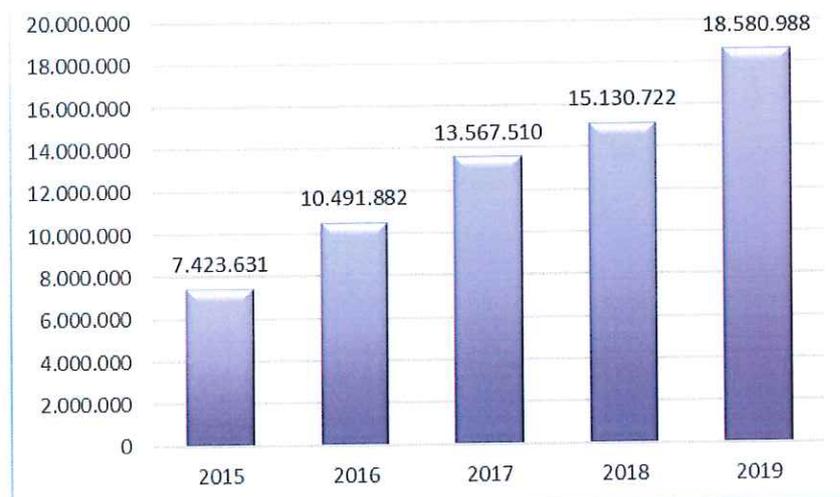


Gráfico 16 | Evolução do saldo de gerência | 2015/2019

Em relação às outras receitas, o “Saldo da gerência anterior” tem vindo a crescer de forma significativa, conforme se pode observar no gráfico 16, que ilustra o seu crescimento nos últimos 5 anos. Este crescimento é o principal motivador do aumento do orçamento da autarquia de ano para ano.

De esclarecer que os montantes apresentados no referido gráfico são os montantes de saldo de gerência utilizados no orçamento do ano. Ou seja, o montante de €18.580.988 em 2019, refere-se ao saldo da gerência de 2018 que foi utilizado no Orçamento de 2019.

2.1.4.3. Transferências e subsídios obtidos

As receitas com transferências e subsídios obtidos são a segunda principal fonte de receita do Município de Tavira a seguir às receitas fiscais. Pelo que importa apreciar com maior detalhe.

No quadro 6, encontram-se refletidas as receitas provenientes de transferências, nos anos de 2018 e 2019, onde se conclui que globalmente estas sofreram um aumento de 12,42% (€945.175). O principal responsável por este crescimento foi a receita proveniente de fundos comunitários de capital, que foi superior em 389,52% (€702.132), dado que no corrente ano foram recebidas participações de algumas obras, e da aquisição de equipamento administrativo.

Assim, verificou-se uma alteração em termos da distribuição deste tipo de receita, conforme demonstra o gráfico 17. Com os “Fundos comunitários” e as “Outras transferências” a ganharem maior destaque face ao ano anterior, por contrapartida do “FEF/FSM/Participação no IRS”, que reduziu a sua representação para 82,07%, em vez dos 90,53% alcançados em 2018.

RECEITA PROVENIENTE DE TRANSFERÊNCIAS

Unidade: €

RÚBRICA	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transf. do Orçamento de Estado	7.022.109	82,07%	6.890.776	90,53%	1,91%	131.333
Correntes	6.227.011	72,78%	6.345.423	83,37%	-1,87%	-118.412
Capital	795.098	9,29%	545.353	7,17%	45,80%	249.745
Fundos comunitários	882.386	10,31%	180.255	2,37%	389,52%	702.132
Correntes	69.138	0,81%	69.612	0,91%	-0,68%	-474
Capital	813.248	9,50%	110.642	1,45%	635,02%	702.606
Outras transferências	651.983	7,62%	540.272	7,10%	20,68%	111.710
Correntes	651.983	7,62%	540.272	7,10%	20,68%	111.710
Capital	0	0,00%	0	0,00%	—	0
TOTAL	8.556.478	100%	7.611.303	100%	12,42%	945.175

Quadro 6 | Receita proveniente de transferências

DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

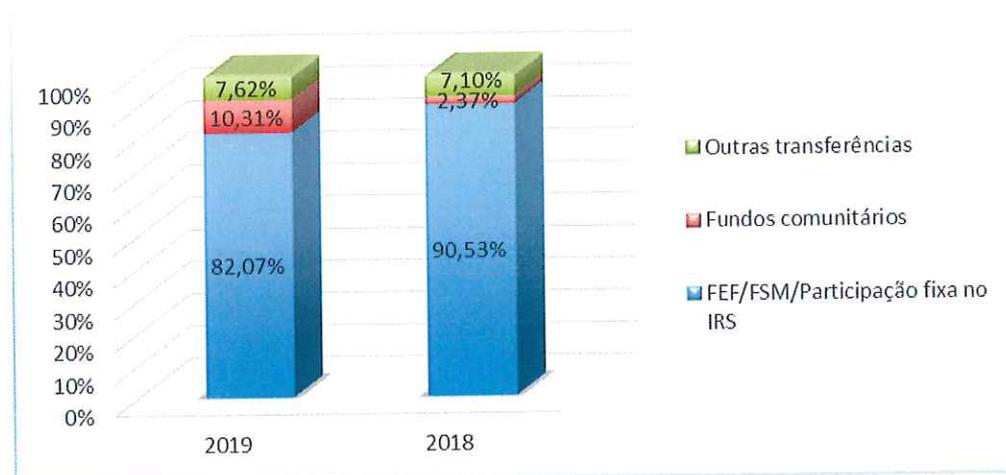


Gráfico 17 | Distribuição das transferências recebidas

No quadro 7, constam os projetos que foram financiados cuja natureza é corrente, onde se destaca o projeto “Qualificação e Promoção Turística e Cultural” com uma representação de 41,36%, seguido do “FOME – Festival de objetos e marionetas” com 15,32% e da “Furta escolar” com 12,62%.

RECEITA CORRENTE COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Simplex 2.0 - Municípios do Algarve Central	CRESC Algarve 2020	4.609	5,75%
Gestão Promoção e Animação Urbana do PARU	CRESC Algarve 2020	2.519	3,14%
Tavira todo o ano com a dieta mediterrânica	CRESC Algarve 2020	7.823	9,76%
Qualificação e Promoção Turística e Cultural	CRESC Algarve 2020	33.150	41,36%
Valorização do Património Natural de Tavira	CRESC Algarve 2020	2.731	3,41%
FOME - Festival de Objetivos e Marionetas e Outros Com	CRESC Algarve 2020	12.273	15,31%
Remodelação e ampliação da EB1+JI da Conceição de Ta	CRESC Algarve 2020	2.235	2,79%
Organização de Feira de Artesanato	IEFP	1.569	1,96%
Gabinete inserção profissional	IEFP	2.230	2,78%
Fruta escolar	IFAP	10.113	12,62%
Campanha apoio esterilização cães e gatos	DGAV	890	1,11%
TOTAL		80.141	100%

Quadro 7 | Receita corrente participada

RECEITA DE CAPITAL COMPARTICIPADA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO DO PROJETO	PROGRAMA	VALOR	PESO
Recuperação do Edifício do Compromisso Marítimo	CRESC Algarve 2020	13.726	1,69%
Reabilitação Cine-Teatro António Pinheiro	CRESC Algarve 2020	207.104	25,47%
Qualificação e Promoção Turística e Cultural	CRESC Algarve 2020	11.664	1,43%
Melhoria das Acessibilidades pedonais na EN270 em San	CRESC Algarve 2020	217.166	26,70%
Simplex 2.0 - Municípios do Algarve Central	CRESC Algarve 2020	184.318	22,66%
USM - Unidades de saúde móveis de proximidade	CRESC Algarve 2020	57.023	7,01%
Remodelação e ampliação da EB1+JI da Conceição de Tav	CRESC Algarve 2020	122.248	15,03%
TOTAL		813.248	100%

Quadro 8 | Receita de capital participada

PRINCIPAIS PROJETOS COFINANCIADOS

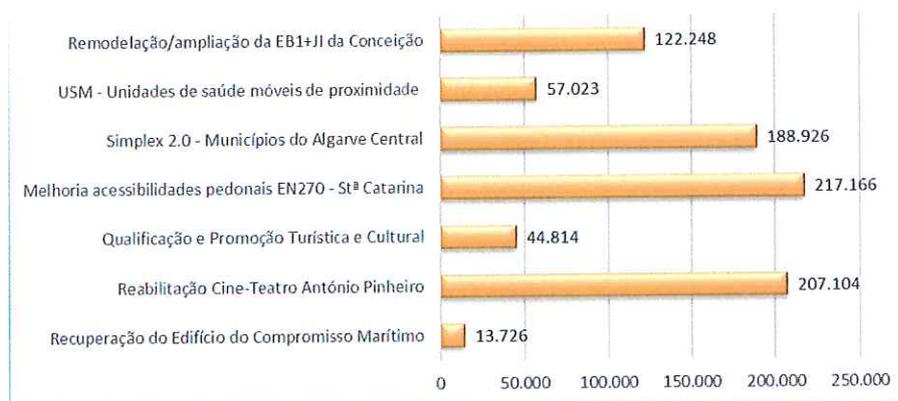


Gráfico 18 | Principais projetos cofinanciados

Os projetos de investimento com receita no corrente ano, foram os listados no quadro 8, e atingiram no corrente ano a importância de €813.248, com três projetos a apresentarem uma representação conjunta a rondar os 75%. A “Melhoria das acessibilidades pedonais da EN 270 em St.ª Catarina” foi a mais representativa com 26,70%, seguida da “Reabilitação do Cineteatro António Pinheiro” com 25,47% e o “Simplex 2.0 – Municípios do Algarve Central” com 22,66%.

No gráfico 18, constam os principais projetos que receberam financiamento no corrente ano, independentemente da sua natureza ser de capital ou corrente. Destacando-se os projetos de capital.

2.1.5. Análise da despesa

No decorrer do ano 2019, registaram-se 14 modificações orçamentais, das quais 13 foram alterações que ocorreram essencialmente, para possibilitar a correta inscrição em orçamento das despesas no decorrer do ano, e 1 foi revisão, para a integração do saldo de gerência.

Em 2019, a despesa teve uma execução de apenas 54,45%, conforme pode ser comprovado no quadro 9, onde constam as diferentes fases da despesa por classificação económica, ou seja, dos 51,7 milhões de euros orçamentados foram efetuados apenas 28 milhões de euros de pagamentos.

Em relação aos compromissos assumidos o município registou cerca de 34 milhões de euros, ou seja, 66,28% da despesa orçamentada, enquanto a despesa faturada, ficou-se pelos 28 milhões de euros, o que significa que apenas 54,23% da despesa orçamentada é que foi faturada.

Importa esclarecer, que o montante da dívida deste quadro não coincide com referido no quadro 20, dado que esta dívida é apurada pela diferença entre o faturado e o pago, e no corrente ano foram realizados 2 adiantamentos de pagamentos, e que pela sua natureza estão refletidos na coluna do “pago” e não estão na

do “faturado”, no montante de €118.841,56. Pelo que, o referido quadro é o que apresenta os valores efetivamente em dívida.

DESPESA POR FASES | 2019

Unidade: €

RÚBRICAS	ORÇADO 1	COMPROMETIDO 2	FATURADO 3	PAGO 4	EXECUÇÃO 5=4/1	DÍVIDA 6=3-4
Despesas correntes	29.200.000	24.725.186	22.514.488	22.514.255	77,10%	233
Despesa com o pessoal	10.053.650	9.297.614	9.236.730	9.236.730	91,87%	0
Aquisição de bens e serviços	11.240.060	8.111.314	6.308.428	6.308.195	56,12%	233
Juros e outros encargos	127.500	84.942	80.748	80.748	63,33%	0
Transferências correntes	2.302.980	2.188.705	2.084.723	2.084.723	90,52%	0
Subsídios	3.508.700	3.289.018	3.057.273	3.057.273	87,13%	0
Outras despesas correntes	1.967.110	1.753.594	1.746.586	1.746.586	88,79%	0
Despesas de capital	22.500.000	9.539.394	5.525.554	5.638.725	25,06%	-113.171
Aquisição de bens de capital	20.500.000	7.868.937	3.927.767	4.044.332	19,73%	-116.565
Transferências de capital	439.000	180.358	107.688	104.294	23,76%	3.394
Ativos financeiros	88.500	88.492	88.492	88.492	99,99%	0
Passivos financeiros	1.371.500	1.343.243	1.343.243	1.343.243	97,94%	0
Outras despesas capital	101.000	58.365	58.365	58.365	57,79%	0
TOTAL	51.700.000	34.264.580	28.040.043	28.152.980	54,45%	-112.938

Quadro 9 | Despesa por fases | 2019

DESPESA REALIZADA/FATURADA | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICAS	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Despesas correntes	22.514.488	80,29%	20.358.614	77,61%	10,59%	2.155.874
Despesa com o pessoal	9.236.730	32,94%	8.801.413	33,55%	4,95%	435.317
Aquisição de bens e serviços	6.308.428	22,50%	6.599.756	25,16%	-4,41%	-291.328
Juros e outros encargos	80.748	0,29%	101.395	0,39%	-20,36%	-20.647
Transferências correntes	2.084.723	7,43%	2.370.154	9,04%	-12,04%	-285.431
Subsídios	3.057.273	10,90%	1.923.648	7,33%	58,93%	1.133.625
Outras despesas correntes	1.746.586	6,23%	562.249	2,14%	210,64%	1.184.337
Despesas de capital	5.525.554	19,71%	5.873.973	22,39%	-5,93%	-348.419
Aquisição de bens de capital	3.927.767	14,01%	3.269.364	12,46%	20,14%	658.403
Transferências de capital	107.688	0,38%	1.071.586	4,08%	-89,95%	-963.898
Ativos financeiros	88.492	0,32%	132.740	0,51%	-33,33%	-44.249
Passivos financeiros	1.343.243	4,79%	1.400.283	5,34%	-4,07%	-57.040
Outras despesas capital	58.365	0,21%	0	0,00%	—	58.365
TOTAL	28.040.043	100%	26.232.588	100%	6,89%	1.807.455

Quadro 10 | Despesa realizada/faturada | 2018/2019

Para se apreciar melhor o tipo de despesa será considerada para efeitos comparativos a partir deste ponto sempre a despesa realizada (faturada) dado que é esta a que melhor reflete os gastos da autarquia. Assim, temos no quadro 10 a despesa realizada nos anos 2018/2019, em que se confirma que a despesa corrente

cresceu, no corrente ano 10,59% (€2.155.874), enquanto a despesa de capital apresentou um decréscimo de 5,93% (€348.419) face ao ano anterior. O que proporcionou uma variação positiva da despesa de 6,89% (€1.807.455).

A diminuição da despesa de capital deu origem a uma descida ligeira do peso desta, que passou a representar 19,71% das despesas da autarquia, por contrapartida da ligeira subida das despesas correntes que atingiram os 80,29%.

Em termos de distribuição das despesas por tipo, se observarmos os gráficos 19 e 20, concluímos que se registaram algumas alterações. Importa antes de mais esclarecer que a construção dos gráficos pretende demonstrar os gastos da autarquia, independentemente de se tratar de despesa corrente ou capital, pelo que todos os tipos de despesa incluem quer o montante de natureza corrente quer o de capital, com exceção da "Despesa com o pessoal" que é apenas corrente.

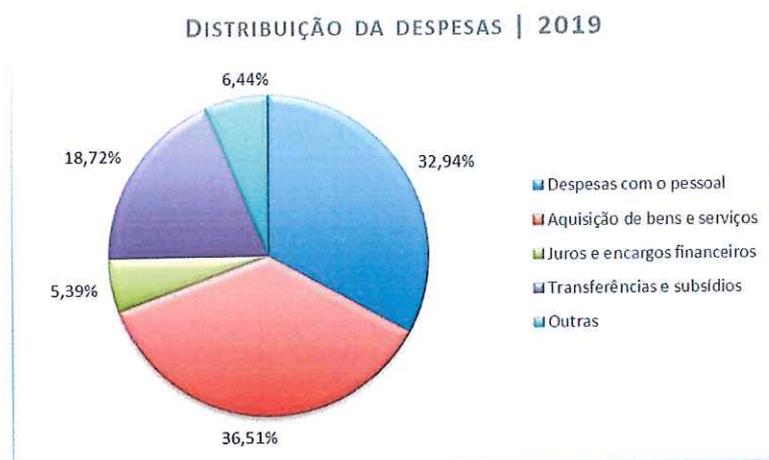


Gráfico 19 | Distribuição da despesa - 2019

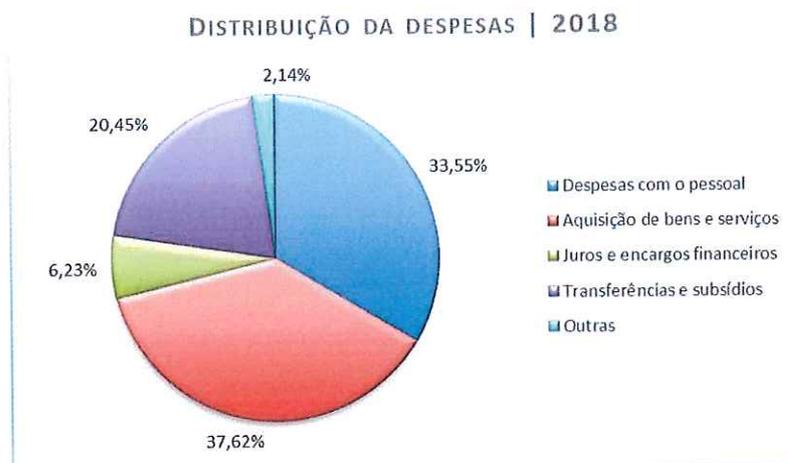


Gráfico 20 | Distribuição da despesa - 2018

Assim, temos que a “Aquisição de bens e serviços”, apesar de ter diminuído o seu peso, continua a ser a mais relevante com uma representação de 35,51% em 2019; seguida de perto pelas “Despesas com o pessoal” que também diminuíram ligeiramente o seu peso para 32,94%, e em terceiro lugar e com um peso significativo surge a “Transferências e subsídios” com 19,72% que apenas tem esta relevância por causa da componente de subsídios, onde se incluem as transferências financeiras efetuadas no âmbito dos contratos de gestão de espaços verdes, praias e limpeza urbana com a empresa municipal.

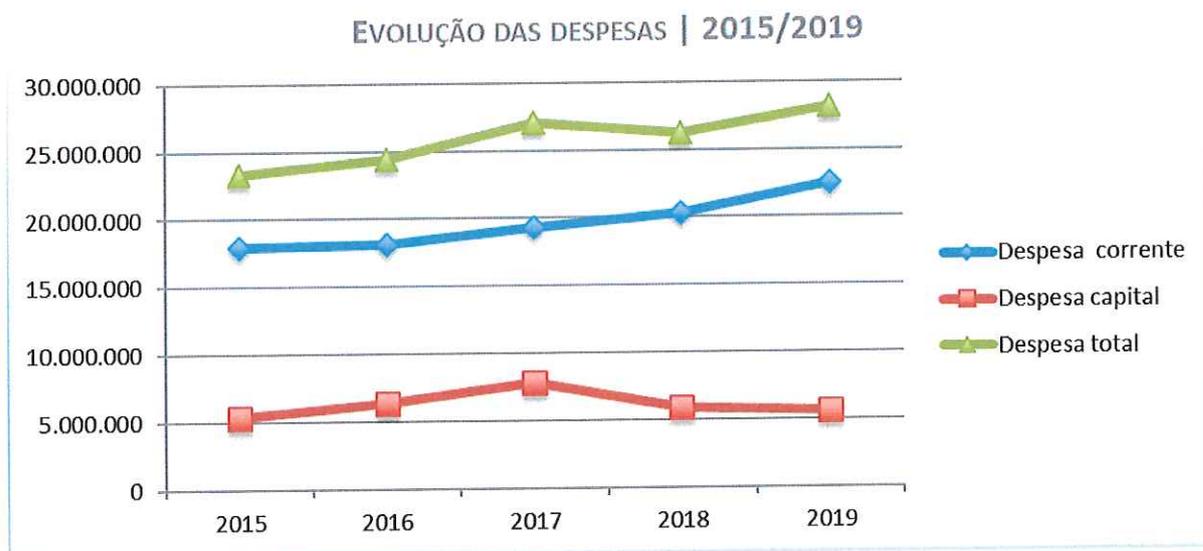


Gráfico 21 | Evolução das despesas 2015/2019

O gráfico 21, demonstra a evolução da despesa realizada nos últimos cinco anos, onde se verifica que as despesas têm vindo a crescer apesar da ligeira inflexão no ano 2018, sendo notório a estabilidade da despesa de capital com exceção do crescimento verificado no ano 2017.

2.1.5.1. Análise da despesa corrente

A maior parte das despesas da autarquia são correntes, tal como verificado anteriormente, sendo que parte destas são despesas estruturais, que por um lado, são necessárias para o regular funcionamento da autarquia, mas que por outro podem dificultar o investimento noutras áreas.

No corrente ano, verificou-se em termos globais (quadro 1), variações negativas da “Aquisição de bens e serviços”, das “Transferências correntes” e dos “Juros e outros encargos” com €291.328 (4,41%), €285.431 (12,04%) e €20.647 (20,66%), respetivamente.

Por outro lado, as “Outras despesas correntes” e os “Subsídios” apresentaram aumentos muito significativos, de €1.184.337 (210,64%) e €1.133.625 (58,93%), respetivamente. No caso das primeiras deveu-se à devolução de imposto municipal sobre as transmissões onerosas (IMT) que a Autoridade Tributária cobrou indevidamente, em anos anteriores, a entidades que tinha direito a benefício fiscal., já no caso das segundas

resultou do novo contrato com a TaviraVerde para a limpeza urbana.

Apesar das variações ocorridas, podemos observar no gráfico 22, que a distribuição da despesa corrente realizada sofreu apenas ligeiras alterações. A “Despesa com o pessoal” continua a ser a principal despesa corrente com uma representação de 41,03%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” com 28,02%, tendo ambas diminuído o seu peso nas despesas correntes totais no corrente ano.

DESPESA CORRENTE REALIZADA/FATURADA | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICAS	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Despesa com o pessoal	9.236.730	41,03%	8.801.413	43,23%	4,95%	435.317
Aquisição de bens e serviços	6.308.428	28,02%	6.599.756	32,42%	-4,41%	-291.328
Matérias-primas	94.927	0,42%	64.603	0,32%	46,94%	30.325
Combustíveis	355.428	1,58%	368.004	1,81%	-3,42%	-12.577
Alimentação	321.742	1,43%	234.424	1,15%	37,25%	87.318
Material de escritório	16.881	0,07%	18.180	0,09%	-7,14%	-1.299
Material de consumo clínico e produtos químicos	21.838	0,10%	33.674	0,17%	-35,15%	-11.836
Material transporte - peças	57.060	0,25%	76.518	0,38%	-25,43%	-19.458
Prémios, condecorações e ofertas	83.141	0,37%	150.553	0,74%	-44,78%	-67.412
Material de educação, cultura e recreio	124.866	0,55%	102.221	0,50%	22,15%	22.646
Encargos das instalações	738.936	3,28%	838.375	4,12%	-11,86%	-99.439
Limpeza e higiene	255.859	1,14%	371.802	1,83%	-31,18%	-115.944
Conservação de bens	129.004	0,57%	68.068	0,33%	89,52%	60.936
Locação de bens	7.070	0,03%	359.753	1,77%	-98,03%	-352.683
Comunicações	71.129	0,32%	62.998	0,31%	12,91%	8.131
Transportes	383.487	1,70%	416.067	2,04%	-7,83%	-32.580
Seguros	166.956	0,74%	159.759	0,78%	4,50%	7.197
Publicidade	137.703	0,61%	165.466	0,81%	-16,78%	-27.763
Vigilância e segurança	121.385	0,54%	89.072	0,44%	36,28%	32.313
Assistência técnica	105.653	0,47%	155.271	0,76%	-31,96%	-49.618
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	42.588	0,19%	96.065	0,47%	-55,67%	-53.477
Formação	33.651	0,15%	28.275	0,14%	19,01%	5.376
Seminários, exposições e similares	59.810	0,27%	44.311	0,22%	34,98%	15.498
Trabalhos especializados	577.748	2,57%	390.480	1,92%	47,96%	187.267
Encargos cobrança de receita	372.655	1,66%	428.416	2,10%	-13,02%	-55.761
Outros	2.028.910	9,01%	1.877.400	9,22%	8,07%	151.510
Juros e outros encargos	80.748	0,36%	101.395	0,50%	-20,36%	-20.647
Transferências correntes	2.084.723	9,26%	2.370.154	11,64%	-12,04%	-285.431
Freguesias	858.355	3,81%	867.972	4,26%	-1,11%	-9.617
Associações de Municípios	39.954	0,18%	52.695	0,26%	-24,18%	-12.741
Inst. Sem fins lucrativos	1.166.181	5,18%	1.394.352	6,85%	-16,36%	-228.171
Outros	20.232	0,09%	55.135	0,27%	-63,30%	-34.903
Subsídios	3.057.273	13,58%	1.923.648	9,45%	58,93%	1.133.625
Empresas públicas municipais e intermunicipais	2.826.166	12,55%	1.741.275	8,55%	62,30%	1.084.890
Outros	231.107	1,03%	182.372	0,90%	26,72%	48.735
Outras despesas correntes	1.746.586	7,76%	562.249	2,76%	210,64%	1.184.337
TOTAL	22.514.488	100%	20.358.614	100%	10,59%	2.155.874

Quadro 11 | Despesa corrente realizada/faturada | 2018/2019

Face ao peso destas duas rúbricas no orçamento, serão ambas apreciadas com maior detalhe.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA CORRENTE REALIZADA/FATURADA

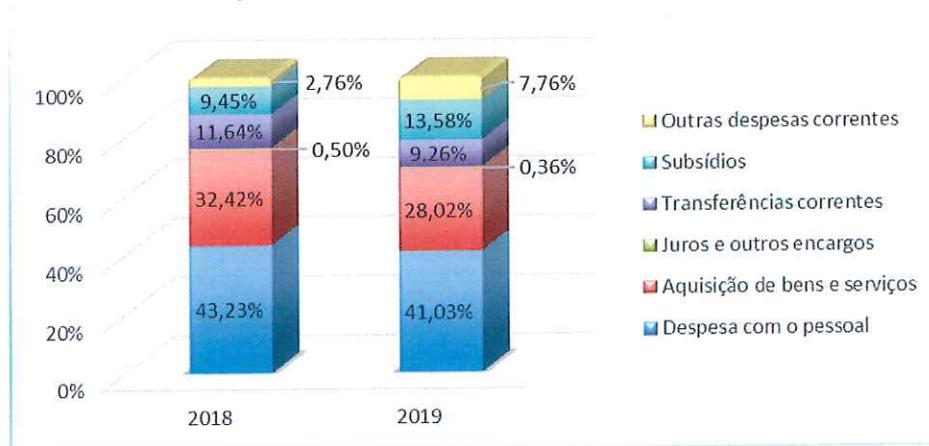


Gráfico 22 | Distribuição da despesa corrente realizada/faturada

DESPESA COM O PESSOAL | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICAS	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Remunerações certas e permanentes	6.761.043	73,20%	6.475.993	73,58%	4,40%	285.050
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	153.097	1,66%	159.599	1,81%	-4,07%	-6.502
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.977.953	53,89%	4.674.223	53,11%	6,50%	303.730
Pessoal aguardando aposentação	6.215	0,07%	2.957	0,03%	110,16%	3.258
Pessoal em qualquer outra situação	82.155	0,89%	117.600	1,34%	-30,14%	-35.445
Representação	61.847	0,67%	65.202	0,74%	-5,15%	-3.356
Subsídio de refeição	457.577	4,95%	452.340	5,14%	1,16%	5.236
Subsídio de férias e de Natal	919.451	9,95%	871.835	9,91%	5,46%	47.616
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	102.749	1,11%	132.237	1,50%	-22,30%	-29.488
Abonos variáveis ou eventuais	438.955	4,75%	424.502	4,82%	3,40%	14.453
Horas extraordinárias	253.720	2,75%	231.079	2,63%	9,80%	22.641
Ajudas de custo	25.958	0,28%	28.147	0,32%	-7,78%	-2.189
Abono para falhas	2.926	0,03%	2.586	0,03%	13,15%	340
Subsídio de turno	85.318	0,92%	82.892	0,94%	2,93%	2.426
Outros suplementos e prémios	71.034	0,77%	79.798	0,91%	-10,98%	-8.765
Segurança social	2.036.732	22,05%	1.900.918	21,60%	7,14%	135.815
Encargos com a saúde	295.662	3,20%	239.981	2,73%	23,20%	55.681
Outros encargos com a saúde	71.533	0,77%	69.505	0,79%	2,92%	2.027
Subsídio familiar a criança e jovens	24.527	0,27%	27.862	0,32%	-11,97%	-3.335
Outras prestações familiares	4.514	0,05%	5.747	0,07%	-21,46%	-1.234
Contribuições para a segurança social	1.558.986	16,88%	1.492.459	16,96%	4,46%	66.527
Seguros	80.826	0,88%	64.399	0,73%	25,51%	16.427
Outras despesas de segurança social	685	0,01%	965	0,01%	-29,02%	-280
TOTAL	9.236.730	100%	8.801.413	100%	4,95%	435.317

Quadro 12 | Despesa com o pessoal | 2018/2019

Assim, no que concerne à “Despesa com o pessoal” da análise do quadro 12, verifica-se um aumento global de €435.317 (4,95%), onde se destaca o incremento registado na rúbrica “Remunerações certas e permanentes”, no valor de €285.050 (4,4%), atendendo sobretudo às valorizações remuneratórias, à entrada

de 1 assistente técnico e de 2 técnicos superiores, por via da mobilidade, ao regresso de 4 trabalhadores da empresa municipal TaviraVerde, E.M., ao recrutamento de 18 assistentes operacionais no âmbito do processo de regularização de precários, procedimento concursal de 2 técnicos superiores e da comissão de serviço para 2.º Comandante dos Bombeiros Municipais. A rubrica “Segurança social”, também registou um aumento, €135.815 (7,14%), por força do comportamento das contribuições para a segurança social e dos encargos com a saúde.



Gráfico 23 | Despesas com o pessoal

O gráfico 23, ilustra as alterações pontuais ocorridas nas despesas com o pessoal nos anos de 2018 e 2019.

No que concerne, às despesas com “Aquisições de serviços”, foi elaborado o gráfico 24, para se perceber de uma forma mais clara as variações positivas e negativas, em termos absolutos, das principais rúbricas que a comportam. Este tipo de análise é sempre suscetível de ter algumas particularidades que afetam o resultado final, dado que muitas vezes esses aumentos/diminuições não são resultado direto de um maior/menor gasto em determinada área.

Não obstante o referido anteriormente, verificamos que as despesas com “Trabalhos especializados” se destacaram pela positiva, com um incremento de €187.267, reflexo de no corrente ano se ter recorrido a mais serviços externos, dado que há a necessidade de contratar determinadas especializações que os recursos humanos internos não tem capacidade para dar resposta. No que concerne às diminuições realça-se a “Limpeza e higiene” com €115.944 e os “Encargos de instalação” com €99.439, sendo que esta deve-se ao facto de a EDP estar com problemas no envio de faturação via eletrónica.

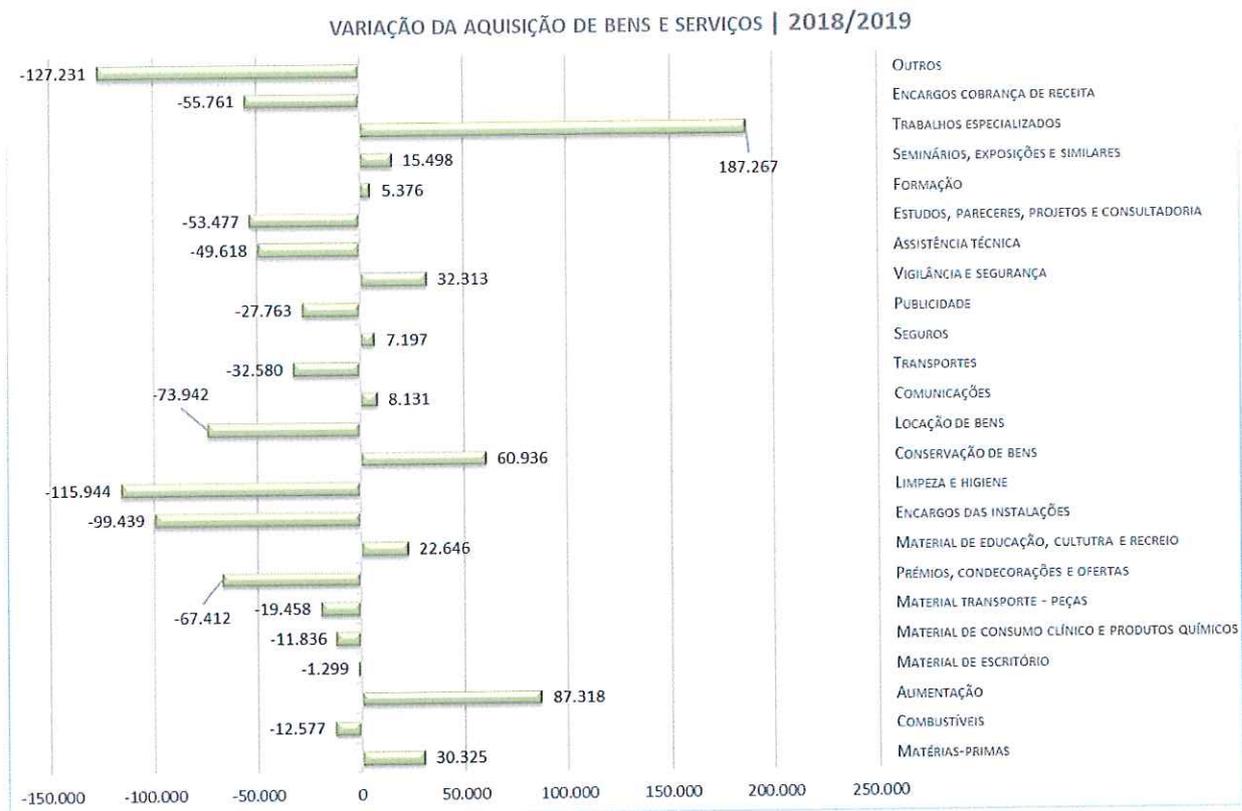


Gráfico 24 | Variação da aquisição de bens e serviços | 2018/2019

2.1.5.2. Análise da despesa de capital

A análise à despesa de capital, é importante para determinar se existiu investimento duradouro, no concelho e quais as áreas que estão a ter um maior investimento no orçamento municipal.

O quadro 13, revela que no corrente ano esta diminuiu apenas €348.419 (5,93%), com as transferências de capital a ser a principal responsável pelo comportamento negativo, dado que no ano anterior registaram-se despesas nesta rúbrica com o protocolo com a POLIS – Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA., para construção do cais da Ilha de Tavira.

Em contrapartida verificamos um aumento das “Aquisições de bens de capital” em €658.403 (20,12%). Tendo-se registado um aumento do investimento nas “Instalações desportivas e recreativas”, em €253.243, em virtude da execução das obras de conservação das Piscinas Municipais, e do “Mercados e Instalações fisc. Sanitária” com €188.230, onde se inclui as obras de conservação do mercado municipal. De referir, que na rúbrica “Outros” está refletidos o investimento na remodelação da escola EB1 e JI da Conceição de Tavira e de St.º Estevão, bem com a reabilitação do Cineteatro de Tavira, que foi o investimento com maior relevância no corrente ano, tendo atingido cerca de 1,3 milhões de euros de faturação.

DESPESA DE CAPITAL REALIZADA/FATURADA | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICA	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Aquisição de bens de capital	3.927.767	71,08%	3.269.364	55,66%	20,14%	658.403
Terrenos	17.957	0,32%	17.957	0,31%	0,00%	0
Habitacões	23.111	0,42%	101.065	1,72%	-77,13%	-77.953
Instalações desportivas e recreativas	333.408	6,03%	80.165	1,36%	315,90%	253.243
Mercados e instalações fisc. Sanitária	320.547	5,80%	132.317	2,25%	142,26%	188.230
Sinalização e trânsito	75.434	1,37%	42.709	0,73%	76,62%	32.725
Material de transporte	36.358	0,66%	223.747	3,81%	-83,75%	-187.389
Viação urbana	485.605	8,79%	664.018	11,30%	-26,87%	-178.413
Viação rural	82.555	1,49%	704.976	12,00%	-88,29%	-622.421
Cemitérios	641	0,01%	7.284	0,12%	-91,21%	-6.643
Equipamento administrativo e informático	352.088	6,37%	182.256	3,10%	93,18%	169.832
Equipamento básico	345.328	6,25%	360.063	6,13%	-4,09%	-14.735
Outros	1.854.736	33,57%	752.809	12,82%	146,38%	1.101.927
Transferências de capital	107.688	1,95%	1.071.586	18,24%	-89,95%	-963.898
Inst. sem fins lucrativos	107.688	1,95%	131.090	2,23%	-17,85%	-23.402
Emp. Municipais e intermunicipais	0	0,00%	257.135	4,38%	-100,00%	-257.135
Outras	0	0,00%	683.361	11,63%	---	-683.361
Ativos financeiros	88.492	1,60%	132.740	2,26%	-33,33%	-44.249
Passivos financeiros	1.343.243	24,31%	1.400.283	23,84%	-4,07%	-57.040
Outras despesas capital	58.365	1,06%	0	0,00%	---	58.365
TOTAL	5.525.554	100%	5.873.973	100%	-5,93%	-348.419

Quadro 13 | Despesa de capital realizada/faturada | 2018/2019

VARIÇÃO AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 2018/2019

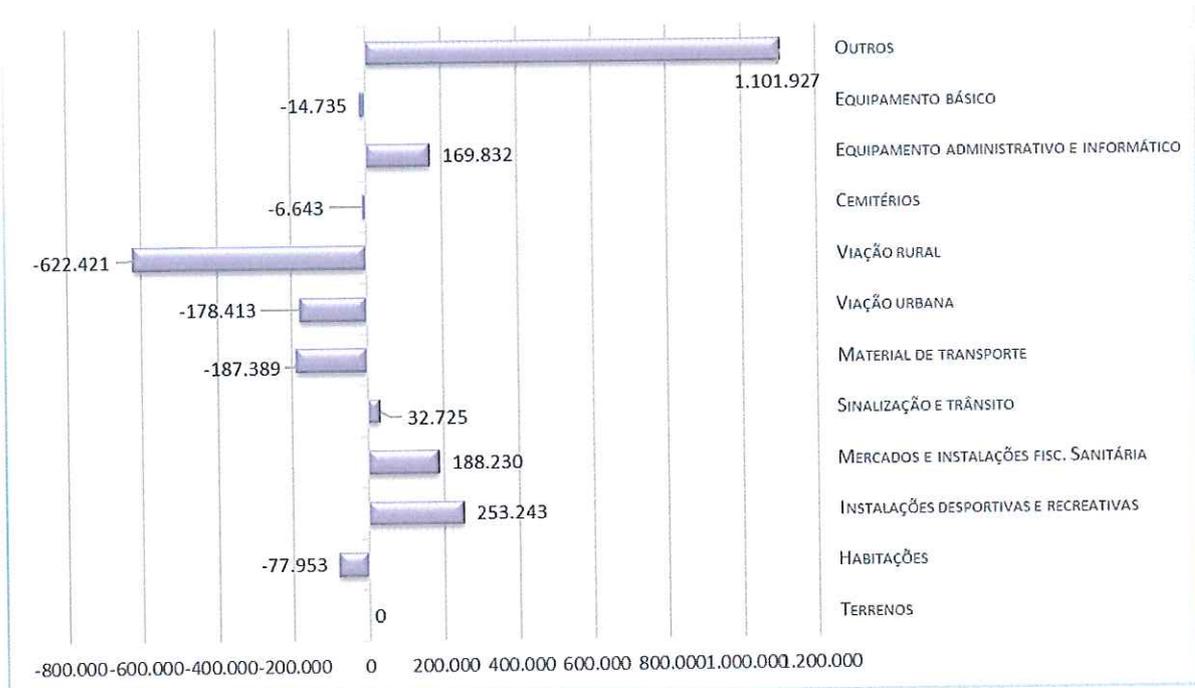


Gráfico 25 | Variação da aquisição de bens de capital | 2018/2019

2.1.5.3. Transferências e subsídios concedidos

As despesas realizadas com transferências e subsídios concedidos pelo Município de Tavira, no corrente ano registaram uma diminuição de 2,16% (115.704) face ao ano anterior, conforme pode ser observado no quadro 14.

DESPESAS REALIZADAS COM TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS | 2018/2019

Unidade: €

RÚBRICA	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Transferências correntes	2.024.536	38,56%	2.262.324	42,17%	-10,51%	-237.788
Freguesias	858.355	16,35%	867.972	16,18%	-1,11%	-9.617
Instituições sem fins lucrativos	1.166.181	22,21%	1.394.352	25,99%	-16,36%	-228.171
Subsídios correntes	2.826.166	53,83%	1.741.275	32,45%	62,30%	1.084.890
Empresas municipais	2.826.166	53,83%	1.741.275	32,45%	62,30%	1.084.890
Transferências capital	107.688	2,05%	131.090	2,44%	-17,85%	-23.402
Instituições sem fins lucrativos	107.688	2,05%	131.090	2,44%	-17,85%	-23.402
Outras transferências e subsídios	291.294	5,55%	1.230.698	22,94%	-76,33%	-939.404
Correntes	291.294	5,55%	290.202	5,41%	0,38%	1.092
Capital	0	0,00%	940.496	17,53%	—	-940.496
TOTAL	5.249.684	100%	5.365.388	100%	-2,16%	-115.704

Quadro 14 | Despesas realizadas com transferências e subsídios | 2018/2019

DISTRIBUIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

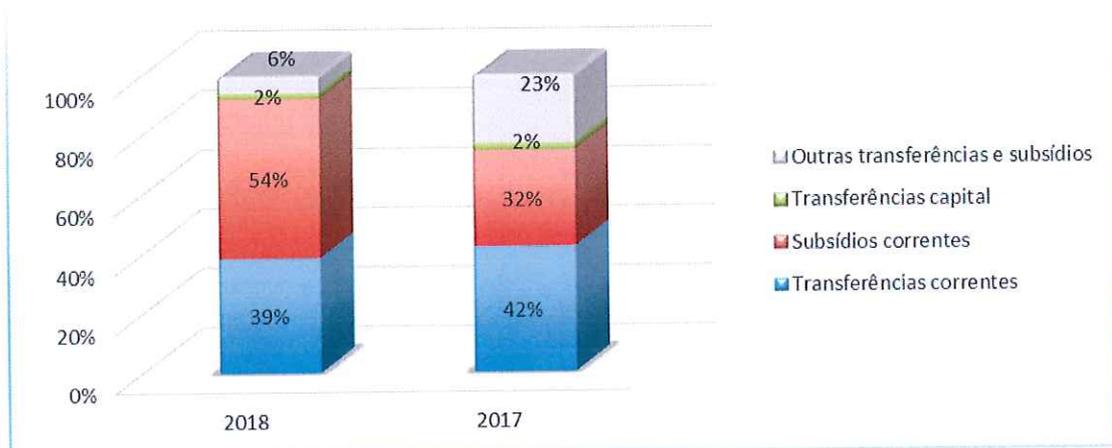


Gráfico 26 | Distribuição das transferências concedidas

Os “Subsídios correntes” foram os que apresentaram a maior subida, de €1.084.890 (63,39%) devido ao novo contrato com a TaviraVerde para a limpeza Urbana. Enquanto, as “Outras transferências e subsídios” apresentaram a maior descida com €939.404 (76,33%), por força do protocolo com a POLIS, anteriormente referido.

Em termos de estrutura, em 2019, houve uma alteração da distribuição das transferências e subsídios concedidos, conforme se pode observar no gráfico 26. Assim, os “Subsídios correntes” ganharam algum terreno passando de uma representação de 32% para 54%. Enquanto, as “Transferências correntes” e as “Outras transferências e subsídios” tiveram uma representação de 39% e 6%, respetivamente.

2.1.6. Movimentos de tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o saldo positivo apresentado no quadro 15, o qual irá transitar para a gerência seguinte.

RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2019			2018		
	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo da gerência anterior	18.580.988	141.615	18.722.603	15.130.722	72.238	15.202.960
Receitas arrecadadas	30.827.551	1.833.955	32.661.507	29.655.211	1.795.963	31.451.174
Despesas pagas	28.152.980	1.844.273	29.997.254	26.204.944	1.726.586	27.931.530
Saldo a transitar para gerência seguinte	21.255.559	131.297	21.386.856	18.580.988	141.615	18.722.603

Quadro 15 – Resumo da conta de gerência

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2019, constata-se que a receita arrecadada¹³ neste ano, comparativamente com 2018, sofreu um aumento de cerca de 1,2 milhões de euros e a despesa paga aumentou cerca de 2 milhões de euros.

Verifica-se assim, que as receitas arrecadadas foram superiores às despesas pagas em cerca de 2,6 milhões, pelo que o saldo a transitar para o ano de 2020 apresenta um crescimento dessa ordem, totalizando os €21.386.856, o qual se decompõe em €21.255.559 de saldo de operações orçamentais e €131.297 de saldo de operações de tesouraria.

A evolução dos recebimentos e pagamentos orçamentais dos últimos 5 anos é demonstrada no gráfico 27, onde se encontra ilustrado o crescimento da diferença entre os recebimentos e os pagamentos desde 2015, revelando um crescimento do saldo da gerência até 2019, em que atingiu os 24%, depois de ter estado relativamente estagnado nos anos de 2016 a 2018.

¹³ A receita arrecadada é a receita que efetivamente foi cobrada.

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS - 2015|2019

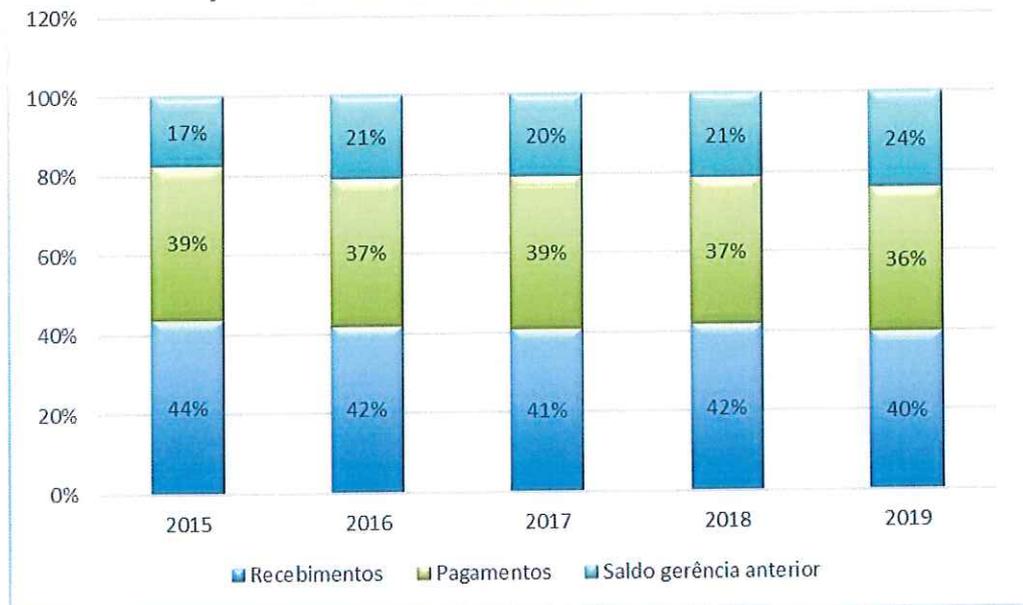


Gráfico 27 – Evolução dos pagamentos e recebimentos – 2015/2019

GARANTIAS E CAUÇÕES

Unidade: €	
DESCRIÇÃO	TOTAL
Saldo Inicial	3.307.584
Cauções rececionadas	577.643
Cauções devolvidas	313.437
SALDO A TRANSITAR	3.571.789

Quadro 16 – Garantias e cauções

Em termos de garantias e cauções, no ano de 2019, receberam-se €577.643 e devolveram-se apenas €313.437, o que resultou no aumento do saldo a transitar para 2020, passando para €3.571.789. Este saldo é composto por garantias e cauções tituladas em papel e em depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas.

2.2. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os mapas que se seguem, dão cumprimento ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial do Município a 31 de dezembro de 2019.

2.2.1. Análise ao balanço

O quadro 17, espelha, os ativos, os fundos próprios e os passivos do Município de Tavira em termos gerais, registaram uma diminuição de 2,04%, ou seja, menos €4.754.609 que no ano anterior.

BALANÇO SINTÉTICO

Unidade: €

RÚBRICA	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	€
Ativo líquido						
Imobilizado	197.354.742	86,39%	204.877.809	87,85%	-3,67%	-7.523.067
Existências	455.747	0,20%	434.102	0,19%	4,99%	21.645
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	—	0
Dívidas de terceiros - curto prazo	772.608	0,34%	539.587	0,23%	43,19%	233.022
Disponibilidades	21.386.856	9,36%	18.722.603	8,03%	14,23%	2.664.253
Acréscimos e diferimentos	8.489.112	3,72%	8.639.575	3,70%	-1,74%	-150.462
TOTAL DO ATIVO	228.459.066	100%	233.213.675	100%	-2,04%	-4.754.609
Fundos próprios						
Património	211.991.064	92,79%	211.809.911	90,82%	0,09%	181.152
Reservas	10.838.417	4,74%	10.837.817	4,65%	0,01%	600
Resultados	-22.045.205	-9,65%	-17.662.698	-7,57%	24,81%	-4.382.507
	200.784.276	87,89%	204.985.030	87,90%	-2,05%	-4.200.754
Passivo						
Provisões	4.251.633	1,86%	4.211.642	1,81%	0,95%	39.991
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	6.610.740	2,89%	7.953.982	3,41%	-16,89%	-1.343.243
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.086.263	0,48%	927.358	0,40%	17,14%	158.905
Acréscimos e diferimentos	15.726.154	6,88%	15.135.663	6,49%	3,90%	590.492
	27.674.790	12,11%	28.228.645	12,10%	-1,96%	-553.855
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	228.459.066	100%	233.213.675	100%	-2,04%	-4.754.609

Quadro 17 – Balanço sintético

A diminuição deve-se essencialmente ao facto de no corrente ano os resultados, que incluem os “Resultados transitados” e o RLE¹⁴, serem cada vez mais negativos por força da acumulação de resultados de exercício negativos ao longo de vários anos, e que são normais a partir do momento em que o Município tem reconhecido o seu vasto património e correspondentes depreciações.

¹⁴ RLE – Resultado líquido do exercício.

Em relação ao “Ativo líquido” registou-se a referida redução, que resultou do efeito conjugado do investimento e valorização efetuados no ano, com a diminuição provocada pelo reconhecimento das depreciações, em cerca de 7,5 milhões de euros (3,67%). Em contrapartida, o aumento das disponibilidades, em cerca de 2,6 milhões de euros (14,23%) fez com que a quebra, no corrente ano, não fosse tão significativa.

No que toca ao passivo, importa relevar a redução das dívidas de médio longo prazo (16,89%) por contrapartida do aumento das de curto prazo (17,14%).

INDICADORES AO BALANÇO

	Unidade: €	
INDICADORES	2019	2018
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo total	86,39%	87,85%
Ativo circulante / Ativo total	13,61%	12,15%
Ativo fixo / Ativo circulante	634,49%	723,03%
Estrutura do passivo		
Passivo médio e longo prazo / Passivo exigível	85,89%	89,56%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	14,11%	10,44%
Passivo curto prazo / Passivo médio e longo prazo	16,43%	11,66%
Análise ao ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento de médio e longo prazo	2985,37%	2575,79%
Amortizações do exercício / Variação imobilizado	-153%	-156%
Análise do passivo exigível		
Passivo exigível / Fundos próprios	3,83%	4,33%
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	0,54%	0,45%
Exigível a médio e longo prazo / Fundos próprios	3,29%	3,88%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado corpóreo	6,65%	8,12%
Grau de autonomia		
Fundos próprios / Ativo	87,89%	87,90%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	1968,85%	2018,92%
Índice de Solvência		
Ativo / Passivo exigível	18,41	17,15

Quadro 18 – Indicadores ao balanço

No quadro 18, podemos observar alguns indicadores económico-financeiros que, em termos gerais, evidenciam um desempenho financeiro positivo do Município de Tavira, podendo-se constatar o seguinte:

- A estrutura do ativo em 2019 mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2018. A descida em termos globais, resulta de uma ligeira diminuição do ativo fixo da autarquia, por contrapartida do reforço da representatividade do ativo circulante no ativo total;

- O passivo também não sofreu alterações na sua estrutura, em comparação com o ano anterior, mantendo-se o maior peso do passivo de médio longo prazo, no passivo exigível¹⁵, com um peso de 85,89%;
- A autarquia possui um ativo fixo elevado o que serve de garantia perante as entidades financiadoras;
- Mantem-se uma relação negativa entre as amortizações do exercício e a variação de imobilizado, face à diminuição do ativo fixo em 2019, no entanto, houve uma redução significativa nesta relação;
- A capacidade do Município de Tavira de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, é elevada e atinge os 87,89%;
- O índice de liquidez imediata mantém-se extremamente elevado, resultado do aumento acentuado das disponibilidades e da pouca expressão do exigível a curto prazo, atingindo um valor exponencial de 1968,85%, ou seja, as disponibilidades cobrem exponencialmente a dívida de curto prazo;
- O índice de solvência demonstra claramente a capacidade do Município de Tavira em cumprir os seus compromissos, tendo subido face ao ano anterior.

2.2.2. Análise à demonstração de resultados

O quadro da demonstração de resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município de Tavira no ano de 2019.

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2019, registaram um decréscimo relevante de €5.760.301 (14,83%), face a 2018, principalmente devido à diminuição extraordinária dos “*Custos e perdas extraordinários*”, 93,02% (€6.026.280), motivados pela regularização de imobilizado que foi levada a cabo no ano anterior, quer através da valorização de património existente, quer pela transferência de imobilizado em curso para definitivo, cujas amortizações acumuladas de anos anteriores refletem nesta conta, e ainda pela regularização de custos com a iluminação pública. Registou-se ainda uma variação negativa significativa nos “*Custos e perdas financeiros*” em virtude do reconhecimento das provisões de partes de capital, no ano de

¹⁵ O passivo exigível resulta da soma da dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo.

2018. Em contrapartida, houve um aumento nos custos com as “*Transf. e subsídios concedidos*”.

Quanto aos proveitos e ganhos, estes registaram em 2019, um decréscimo de €431.968 (1,48%) em comparação com 2018, por força da diminuição dos “*Impostos e taxas*” em €714.119 (4,04%), que não foram totalmente compensados pelo aumento das “*Transferências e subsídios correntes*”.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	%	Valor
Custos e perdas	33.089.021	100%	38.849.322	100%	-14,83%	-5.760.301
CMVMC	448.360	1,36%	478.840	1,23%	-6,37%	-30.479
Fornecimento e serviços externos	5.991.940	18,11%	5.785.139	14,89%	3,57%	206.802
Pessoal	9.263.765	28,00%	8.908.125	22,93%	3,99%	355.640
Transf. e subsídios correntes concedidos	5.269.299	15,92%	4.078.163	10,50%	29,21%	1.191.136
Amortizações do exercício	11.524.694	34,83%	11.384.863	29,31%	1,23%	139.831
Provisões do exercício	39.991	0,12%	1.106.866	2,85%	-96,39%	-1.066.875
Outros custos operacionais	10.841	0,03%	20.865	0,05%	-48,04%	-10.023
Custos e perdas financeiras	87.847	0,27%	607.899	1,56%	-85,55%	-520.052
Custos e perdas extraordinárias	452.284	1,37%	6.478.563	16,68%	-93,02%	-6.026.280
Proveitos e ganhos	28.706.514	100%	29.138.482	100%	-1,48%	-431.968
Vendas e prestações de serviços	1.083.588	3,77%	1.018.568	3,50%	6,38%	65.020
Impostos e taxas	16.961.069	59,08%	17.675.187	60,66%	-4,04%	-714.119
Transferências e subsídios correntes	7.742.340	26,97%	7.501.550	25,74%	3,21%	240.789
Proveitos financeiros	2.440.530	8,50%	2.391.444	8,21%	2,05%	49.086
Proveitos e ganhos extraordinários	478.988	1,67%	551.732	1,89%	-13,18%	-72.745
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.382.507	100%	-9.710.839	100%	-54,87%	-5.328.332

Quadro 19 – Demonstração de resultados por natureza

Da diferença entre custos e proveitos, verifica-se um resultado líquido do exercício negativo de €4.382.507, tendo apresentado uma redução relevante de €5.328.332 (54,87%). Por força do referido anteriormente.

De referir ainda, que em 2019, as “*Amortizações do exercício*” (€11.524.694) são o principal custo da autarquia, seguidas dos custos com o “*Pessoal*” (€9.263.765), dos “*Fornecimentos e serviços externos*” (€5.991.940) e do “*Transf. e subsídios concedidos*” (€5.269.299). Enquanto que, do lado dos proveitos e ganhos, o grande destaque vai para os “*Impostos e taxas*” (€16.961.069) seguido pelas “*Transferências e subsídios correntes*” (€7.742.340).

2.2.3. Dívida

2.2.3.1. Dívida global

A gestão da dívida deve-se pautar por princípios como o rigor e o forte controlo. Neste sentido, a realização de despesa deve sempre ter em conta as receitas do Município, de forma a não comprometer o futuro.

No quadro 20, é apresentada a dívida do Município de Tavira nos anos 2018 e 2019, onde se comprova a redução desta em 2019, de 13,43% (€1.174.012) face ao ano anterior.

DÍVIDA - 2018/2019

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
Curto prazo	910.720	12,04%	652.998	7,47%	257.722	39,47%
Fornecedores c/c	233	0,00%	27.643	0,32%	-27.411	-99,16%
Fornecedores c/c em conferência	495.119	6,54%	208.906	2,39%	286.212	137,01%
Fornecedores de imobilizado	214.261	2,83%	231.940	2,65%	-17.680	-7,62%
Fornec. Imob em conferência	196.388	2,60%	172.371	1,97%	24.017	13,93%
Estado	0	0,00%	10.811	0,12%	-10.811	-100,00%
Outros credores	4.720	0,06%	1.326	0,02%	3.394	256,03%
Médio e longo prazo	6.654.985	87,96%	8.086.720	92,53%	-1.431.734	-17,70%
Empréstimos excecionados	3.663.688	48,42%	4.207.997	48,15%	-544.309	-12,94%
Empréstimos não excecionados	2.947.052	38,95%	3.745.985	42,86%	-798.933	-21,33%
FAM	44.246	0,58%	132.737	1,52%	-88.492	-66,67%
TOTAL	7.565.705	100%	8.739.718	100%	-1.174.012	-13,43%

Quadro 20 – Dívida - 2018/2019

VARIAÇÃO DA DÍVIDA - 2018/2019

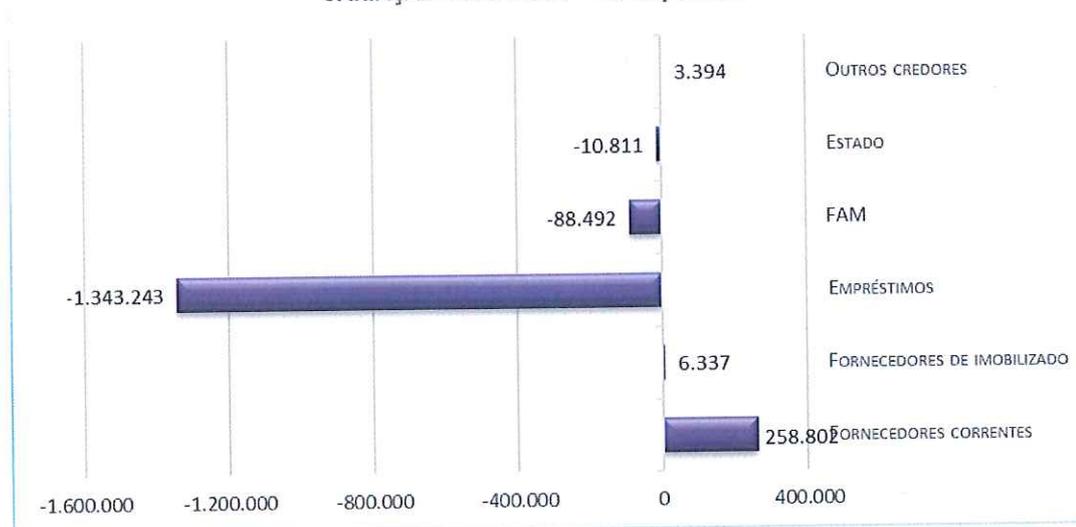


Gráfico 28 – Variação da dívida – 2018/2019

No corrente ano, registou-se um aumento da dívida de curto prazo, no montante de €257.722 (39,47%), principalmente devido ao aumento da faturação em conferência dos fornecedores correntes (“Fornecedores c/c”). A dívida de curto prazo é composta essencialmente por faturação que se encontra por confirmar pelos serviços e pela faturação que chega no início do ano, cuja data se refere ao ano anterior. Pelo que haverá sempre dívida de curto prazo. De referir ainda, que cerca de €214.000 registada nos “Fornecedores de

imobilizado” corresponde a um contrato de direito de superfície realizado com o Ginásio, cujo pagamento ocorre de forma mensal até 2031.

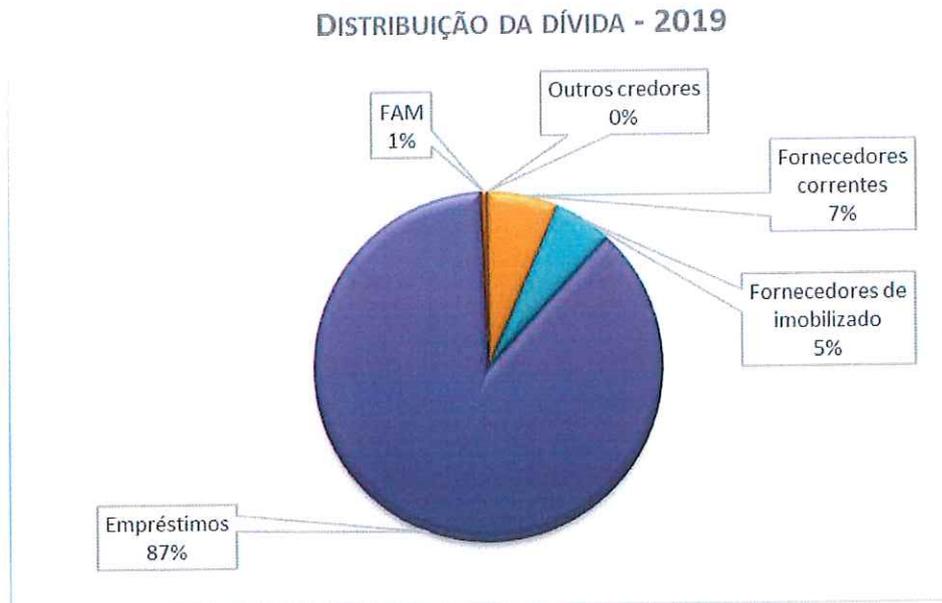


Gráfico 29 – Distribuição da dívida – 2019

No que concerne à dívida de médio e longo prazo, registou-se uma diminuição de €1.431.734 (17,70%), para os €6.654.985, que resultou da amortização normal de empréstimos e do FAM (Fundo de apoio financeiro - instrumento criado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, que obrigou os municípios a contribuírem para o capital social, amortizando a sua participação ao longo de 7 anos).

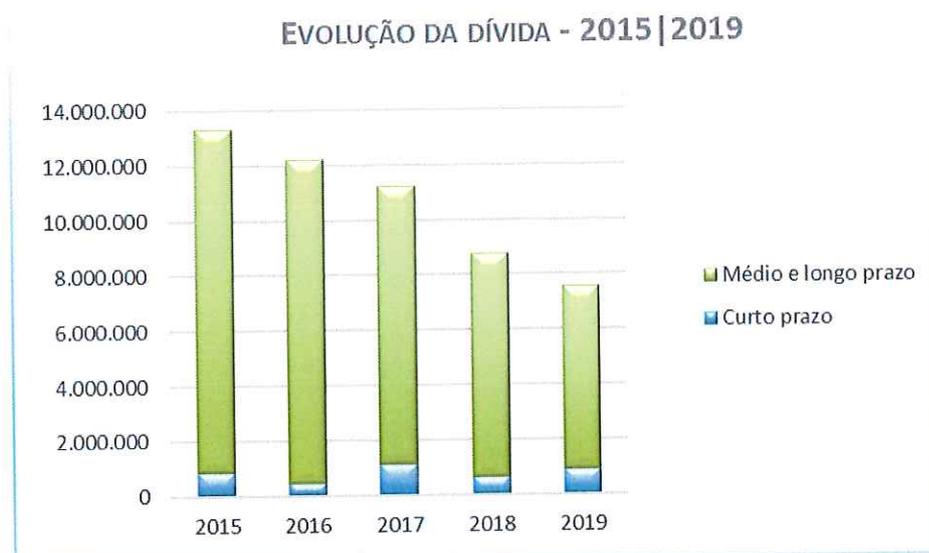


Gráfico 30 – Evolução da dívida – 2015/2019

No gráfico 28, observa-se claramente que a amortização dos empréstimos é a principal dívida que influencia a variação negativa da dívida, seguida do FAM.

O gráfico 29, ilustra de uma forma clara que o peso da dívida por tipo, onde se destacam os empréstimos com 87% seguida dos fornecedores de correntes com 7% e os fornecedores de mobilizado com 5%.

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2019	2018	VARIACÃO 2018-2019	
			€	%
Empréstimos excecionados	3.663.688	4.207.997	-544.309	-12,94%
Horta do Carmo / 67 fogos - CGD (23/987/19)	740.964	864.237	-123.273	-14,26%
Horta do Carmo / 57 fogos - CGD (22/087/19)	248.138	289.420	-41.282	-14,26%
Atalaia / 66 fogos - CGD (467/587/19)	804.392	918.932	-114.540	-12,46%
Atalaia - INH (1993)	20.628	61.743	-41.115	-66,59%
Atalaia / 66 fogos - CGD (s/bonif.) (467/587/27)	218.791	249.794	-31.003	-12,41%
Hab Social Stª Catarina (bonif) - CGD (983/987/19)	364.625	409.589	-44.964	-10,98%
Hab Social Stª Catarina (ñ bonif) CGD (939/187/19)	51.388	68.178	-16.790	-24,63%
Hab. Social Quinta Salinas - BPI	1.165.517	1.292.918	-127.402	-9,85%
Hab.Social Bairro Jara (90150023742870019)	49.246	53.185	-3.940	-7,41%
Empréstimos não excecionados	2.947.052	3.745.985	-798.934	-21,33%
Horta do Carmo / Inst. diversas - CGD (24/787/19)	201.316	402.225	-200.908	-49,95%
Parque industrial - BPI (830-001/0665)	0	133.013	-133.013	-100,00%
Cine-teatro - CCA (5843)	194.981	292.471	-97.490	-33,33%
Terreno sítio Cara de Pau - CCA (5671)	84.716	112.759	-28.043	-24,87%
Equipamentos Diversos - CCA (5494)	183.746	244.201	-60.455	-24,76%
Financia/º de Investimentos 2003 - BES (112108)	147.996	184.995	-36.999	-20,00%
Financia/º de Investi/º 2004 (150/987/19)	226.406	271.403	-44.997	-16,58%
Hab.Social Fracção H - Lote 11 (1654/187/19)	19.945	21.836	-1.891	-8,66%
Investimentos 2009 - CGD (9015/006431/391)	1.854.103	2.033.266	-179.163	-8,81%
Recuperação da Igreja das Ondas - QREN -IFDR	33.844	49.819	-15.975	-32,07%
TOTAL	6.610.740	7.953.982	-1.343.243	-16,89%

Quadro 21 – Empréstimos de médio e longo prazo

Se apreciarmos a evolução da dívida nos últimos 5 anos, no gráfico 30, vemos que tem havido uma forte redução da dívida e que a tendência será para que esta reduza à medida que se vão amortizando os empréstimos.

No que concerne aos empréstimos, no quadro 21 constam os vários empréstimos de médio e longo prazo que se encontram a ser amortizados e que sofreram uma redução de 16,89%, faltando apenas amortizar €6.610.740, dos quais €3.663.688 são empréstimos excecionados e que não relevam para efeitos da dívida.

Importa ainda referir, que o Município tem a sua dívida a fornecedores regularizada, não tendo qualquer pagamento em atraso a 31 de dezembro de 2019, conforme consta da declaração emitida no âmbito da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015

de 17 de março, e que faz parte integrante da prestação de contas.

2.2.3.2. Prazo médio de pagamento a fornecedores

No que concerne ao prazo médio de pagamento a fornecedores, pode-se observar no gráfico 31 a evolução deste nos últimos 5 anos, onde se destaca a manutenção do prazo abaixo dos 30 dias, desde 2015 até esta data. Situando-se nos 27 dias em 2019.

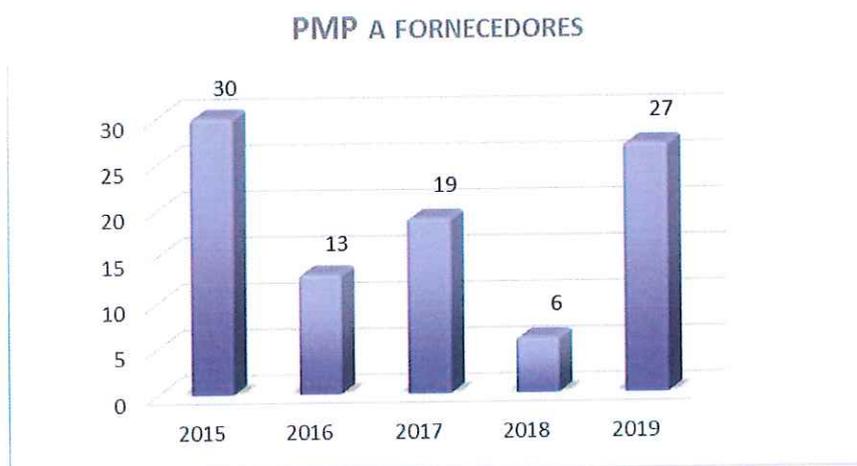


Gráfico 31 – Prazo médio de pagamento a fornecedores

Os dados apresentados foram apurados pela DGAL, e resultam da aplicação da fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2008 de 2 de fevereiro.

2.2.3.3. Serviço da dívida

A análise que se segue compreende no quadro 22, a informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município de Tavira em 2019, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

SERVIÇO DA DÍVIDA - 2018/2019

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	2019	2018	Variação 2018-2019	
			€	%
Juros	21.206	101.395	-80.189	-79,09%
Amortização	1.343.243	1.400.283	-57.040	-4,07%
Total	1.364.448	1.501.678	-137.229	-9,14%
Indicadores				
Juros / Despesa total	0,08%	0,39%	---	---
Amortizações / Despesa total	4,79%	5,34%	---	---
Serviço da dívida / Despesa total	4,87%	5,72%	---	---

Quadro 22 – Serviço da dívida – 2018/2019

Neste âmbito, assiste-se a uma diminuição do serviço da dívida de 9,14% (€137.229), por força da diminuição das amortizações no corrente ano, uma vez que em 2018 e 2019 já se concluiu o pagamento de alguns empréstimos, sendo por isso cada vez menor o montante global de amortizações anuais.

O serviço da dívida tem um peso na despesa do Município em 2019 de 4,87%. Tendo reduzido face ao ano anterior.

2.2.3.4. Dívida total

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, houve alterações significativas no que se refere ao controlo da dívida da autarquia, caindo o termo “*Endividamento líquido municipal*” para surgir o de “*Dívida total*”.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Unidade:€	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita corrente líquida	
2016	26.515.828
2017	27.229.969
2018	28.803.826
Média da receita dos 3 anos	27.516.541
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	41.274.812

Quadro 23 – Limite da dívida total

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

Unidade:€	
CONTAS PATRIMONIAIS	2019
Fornecedores, c/c	233
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	495.119
Empréstimos bancários	6.654.985
Estado e outros entes públicos	0
Fornecedores de imobilizado, c/c	214.261
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	196.388
Credores diversos	1.288
Credores de transferências das autarquias locais	3.432
Total em dívida	7.565.705
FAM	44.246
Total da dívida orçamental	7.609.951
Limite da dívida total (1,5 x Média da receita)	41.274.812
MARGEM	33.664.860

Quadro 24 – Apuramento da dívida total

Sendo assim, no corrente ano, apenas existiu um único limite - o limite da dívida total, que conforme pode ser observado no quadro 23, é de €41.274.812.

Este limite é apurado em cada ano de acordo com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida nos três exercícios anteriores, n.º 1 do artigo 52.º da referida Lei.

Por sua vez, o montante da “*Dívida total*” resulta do total das operações orçamentais do município, o que engloba toda a dívida da autarquia, desde o curto ao médio/longo prazo, n.º 2 do mesmo artigo. Com a agravante de que existem determinadas circunstâncias que determinam que alguns resultados de certas entidades, nas quais a autarquia detenha participações possam ser considerados dívida da autarquia na devida proporção da participação.

Portanto, em 1.º lugar importa apurar qual a dívida total da autarquia, independentemente dos resultados de outras entidades que sejam relevantes para efeitos de limite da dívida total, artigo 54.º da Lei anteriormente referida. Assim, podemos verificar através do quadro 24, que a dívida total do Município de Tavira em 2019 é de apenas €7.609.951, ficando muito aquém do limite imposto, e obtendo assim uma margem de €33.664.860, que se encontra refletida de uma forma mais perceptível no gráfico 32.

No que diz respeito às entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, é importante referir que no caso do Município de Tavira existem 5 tipos de situações:

- As empresas municipais, “*TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, EM*” e “*EMPET, Parques Empresariais de Tavira, EM*”, que caso se encontre desequilibrada tem de ser efetuada uma transferência para efeitos de reequilíbrio na proporção da participação, conforme o artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, sendo relevante para a dívida total do Município caso a transferência não ocorra, e somente neste caso. Assim, importa referir que esta apresenta as suas contas equilibradas no final do corrente ano.
- As sociedades participadas no caso de apresentarem resultados negativos, reverte para a dívida total no montante correspondente à participação da autarquia nessa sociedade. O Município tem participações nas “*Águas do Algarve SA*”; “*POLIS – Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, SA*”; “*AGETAV – Agência de Desenvolvimento de Tavira, SA*”; “*ALGAR – Valorização e tratamento de resíduos sólidos, SA*”;
- A dívida das cooperativas releva para a do Município na proporção da participação independentemente do seu resultado (positivo ou negativo). O Município pertence à “*ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL*” e à “*CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio*”;
- As associações intermunicipais relevam também para a dívida da autarquia proporcionalmente à

quota. O Município pertence à “ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses”, à “CIAMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve” e à “APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico”.

- E, as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75º o controlo ou presunção de controlo, como é o caso da “UAC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira”, que passou a ser controlado pelo Município de Tavira após a alteração dos seus estatutos, publicados em 5 de novembro de 2019.

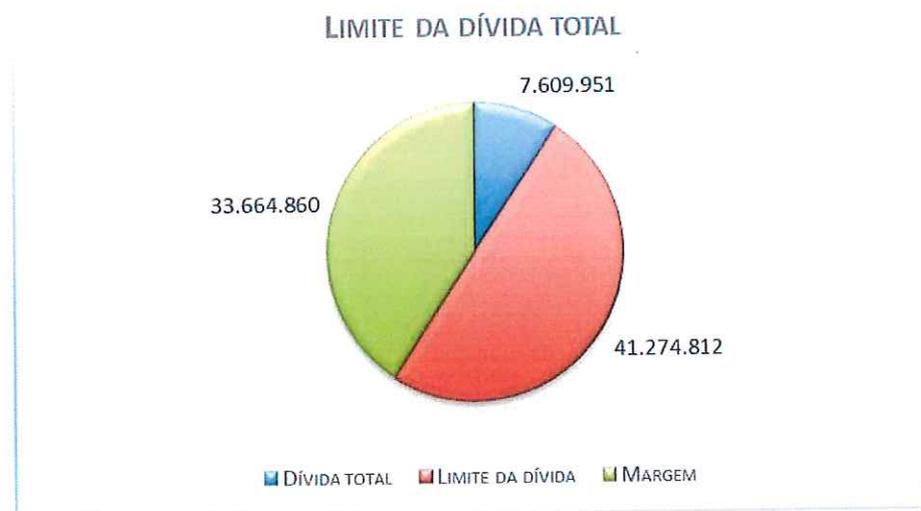


Gráfico 32 – Limite da dívida total

Assim, em bom rigor só após a apresentação de resultados de todas estas entidades é que se poderá concluir qual o montante da dívida total do Município de Tavira em 2019. No entanto, face à larga margem de que se dispõe não se prevê que estas possam afetar de forma à ultrapassagem do limite. No ponto 8.2.16 das demonstrações financeiras constam dados mais detalhados destas participações.

Caso a autarquia por algum motivo vier a incumprir este limite, deverá reduzir no exercício subsequente pelo menos 10% do montante em excesso, sem prejuízo de ter de recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro ou recuperação financeira. E caso cumpra, só poderá aumentar o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Ou seja, se tivermos em conta apenas o montante da dívida da autarquia, para o ano de 2020 poderá aumentar em cerca de 6,7 milhões a sua dívida em relação ao ano de 2019.

Importa referir, que no ano 2019 foi aprovada em reunião de câmara de 4 de junho e em sessão da Assembleia geral de 21 de junho, a proposta n.º 137/2019 para prorrogação do prazo de liquidação da EMPET, Parques Empresariais de Tavira, EM., por mais um ano em conformidade com o n.º 2 do artigo 150.º

do Código das Sociedades Comerciais, dado que não foi possível, ao liquidatário, concluir todas as operações de liquidação, no prazo de um ano. Caso a empresa venha a apresentar as contas desequilibradas, o Município terá de efetuar transferência financeira para reequilíbrio à semelhança do que foi feito no corrente ano, e de acordo com o informado pela DGAL.

2.2.4. Contabilidade de custos

Em 2011, foi implementada a contabilidade de custos, conforme determina o ponto 2.8.3 do POCAL.

CUSTOS POR FUNÇÃO - 2018/2019

Unidade: €

FUNÇÕES	2019		2018		VARIÇÃO 2018-2019	
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	€	%
1 Funções gerais	2.731.904	10,97%	10.032.382	32,20%	-7.300.477	-72,77%
1.1.1 Administração geral	2.196.806	8,82%	9.552.199	30,66%	-7.355.393	-77,00%
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	535.098	2,15%	480.183	1,54%	54.915	11,44%
2 Funções sociais	8.689.460	34,88%	7.046.097	22,61%	1.643.363	23,32%
2.1.1 Ensino não superior	1.237.577	4,97%	1.238.395	3,97%	-818	-0,07%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	312.893	1,26%	301.907	0,97%	10.986	3,64%
2.3.2 Acção social	152.896	0,61%	89.524	0,29%	63.371	70,79%
2.4.1 Habitação	345.560	1,39%	324.691	1,04%	20.869	6,43%
2.4.2 Ordenamento do território	40.443	0,16%	26.739	0,09%	13.704	51,25%
2.4.3 Saneamento	122.663	0,49%	120.808	0,39%	1.855	1,54%
2.4.4 Abastecimento de água	247.001	0,99%	263.505	0,85%	-16.504	-6,26%
2.4.5 Resíduos sólidos	6.749	0,03%	9.609	0,03%	-2.860	-29,76%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	3.890.673	15,62%	2.471.323	7,93%	1.419.350	57,43%
2.5.1 Cultura	1.699.241	6,82%	1.485.784	4,77%	213.456	14,37%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	613.234	2,46%	691.881	2,22%	-78.647	-11,37%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	20.529	0,08%	21.929	0,07%	-1.400	-6,38%
3 Funções económicas	10.980.959	44,08%	11.081.655	35,57%	-100.697	-0,91%
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	6.695	0,03%	6.541	0,02%	153	2,34%
3.2.0 Indústria e energia	732.539	2,94%	873.230	2,80%	-140.691	-16,11%
3.3.1 Transportes rodoviários	10.026.180	40,25%	9.988.523	32,06%	37.657	0,38%
3.3.2 Transportes aéreos	4.540	0,02%	1.076	0,00%	3.464	321,92%
3.3.3 Transportes fluviais	23.408	0,09%	5.334	0,02%	18.074	338,85%
3.4.1 Mercados e feiras	187.597	0,75%	206.951	0,66%	-19.354	-9,35%
4 Outras funções	2.509.855	10,07%	2.998.045	9,62%	-488.190	-16,28%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	50.233	0,20%	51.927	0,17%	-1.694	-3,26%
4.2.0 Transferência entre administrações	890.296	3,57%	911.112	2,92%	-20.816	-2,28%
4.3.0 Diversas não especificadas	1.569.326	6,30%	2.035.006	6,53%	-465.680	-22,88%
TOTAL	24.912.177	100%	31.158.178	100%	-6.246.001	-20,05%

Quadro 25 – Custos por função – 2018/2019

A contabilidade de custos, como o próprio nome indica, tem por finalidade efetuar diferentes reclassificações de custos de forma a se obter informação sobre os custos, por cada função, bem ou serviço. Para este apuramento de custos poderiam ser utilizados diversos sistemas de custeio, no entanto, o POCAL obriga à utilização do sistema de custeio total (ponto 2.8.3.2).

O sistema de custeio total pressupõe que todos os custos são repartidos pelas funções, bens ou serviços. Podem, contudo, existir custos não incorporáveis, ou seja, custos que não devem ser imputados a qualquer função, bem ou serviço. Pelo que, foram considerados custos não incorporáveis os custos das contas: 65 exceto a 658; a 67; a 68 exceto 683 e a 69 exceto 691 e 696.

Face ao exposto, é possível obter os documentos estipulados no ponto 2.8.3.6 do POCAL: Materiais (CC1); Cálculo de custo/hora da Mão-de-obra (CC2); Mão-de-obra (CC3); Cálculo do custo/hora de Máquinas e viaturas (CC4); Máquinas e viaturas (CC5); Apuramentos de custos indiretos (CC6); Apuramento de custos de bem ou serviço (CC7); Apuramento de custos diretos da função (CC8) e Apuramento de custos por função (CC9).

No apuramento dos custos por função no período de 2018 e 2019, foram utilizados os seguintes critérios: as despesas de funcionamento do Município, nomeadamente dos órgãos da autarquia e das diversas divisões foram imputadas à subfunção “*Administração geral*” (1.1.1); as atividades desenvolvidas pelo Município foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa; as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços; as transferências para as freguesias consideraram-se na subfunção transferência entre administrações.

O quadro 25, demonstra os custos por função, verificando-se uma diminuição significativa no ano 2019, de 20,05% dos custos, cerca de 6,2 milhões de euros, face ao ano anterior. Motivado principalmente pelo aumento das “*Funções Gerais*” que apresentaram uma variação negativa, de 72,77% (€7.300.477) devido à avaliação/valoração e regularizações de imobilizado ocorridas no ano anterior.

Assim, no corrente ano, os principais custos do Município residem na função “*331 Transportes rodoviários*”, com 40,25% (abrange as amortizações do exercício com viadutos, construção e reparação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização), e na “*246 Proteção e meio ambiente*” com 15,62%.

Em termos de distribuição dos custos por funções, nos anos 2018 e 2019, temos algumas alterações conforme ilustrado no gráfico 33, sendo a “*Função Económica*” a principal, com uma representação de 44,08% da despesa global, onde se incluem as áreas de intervenção em serviços que abrange construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda, a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais e a iluminação pública e despesas com transporte e comunicações seguida das “*Funções sociais*” com 34,88%, que compreende as despesas de educação, habitação social, desporto e cultura e das “*Funções gerais*” que diminuíram em detrimento das referidas anteriormente, passando a representar apenas 10,97%, e que abrange as atividades de âmbito geral da administração do Município de Tavira, nomeadamente, as despesas inerentes ao funcionamento do mesmo.

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES - 2018/2019



Gráfico 33 – Distribuição dos custos por funções – 2018/2019

3. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do Município de Tavira que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que:

- O Município de Tavira tem um grau de autonomia financeira de 72,24%;
- É cumprido o “Princípio do equilíbrio” orçamental previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, tendo havido uma poupança corrente no montante €6.638.938;
- O Município de Tavira encontra-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, tendo uma margem de €5.046.313;
- Execução orçamental da receita de 95,57% e da despesa de 54,45%;
- Aumento da receita em 10,32% (€4.622.607) em termos globais. No entanto, se considerarmos apenas as receitas correntes e as de capital o aumento foi de 3,99% (€1.183.567);
- A despesa realizada aumentou 6,89% (€1.807.455);
- As despesas com pessoal aumentaram 4,95% (€435.317);
- O saldo da gerência a transitar para o ano de 2020 é de €21.255.559;
- Resultado líquido negativo, no valor de €4.382.507;
- Redução da dívida em cerca de 1,1 milhões de euros, passando a ser apenas cerca 7,5 milhões de euros;
- Cumprimento do limite da dívida total, com uma margem de €33.664.860 o que permite que no ano 2020 se possa aumentar a dívida em cerca de 6,7 milhões de euros;

Paços do Concelho, 28 de maio de 2020

A Presidente da Câmara Municipal,

Ana Paula Martins

8. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos das prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas. Estas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL.

Os mapas financeiros e registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os definidos no ponto 3.2 do POCAL.

8.1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 – Identificação

O Município de Tavira, é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 501067191, CAE 84113, com sede na Praça da República em Tavira.

O Município de Tavira é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O concelho de Tavira tem 22.427 eleitores.

8.1.2 – Legislação

O Município de Tavira iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1986, tendo uma contabilidade organizada, por imposição legal:

- Regime financeiro das autarquias locais – Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e respetivas alterações;
- Regime geral do POCAL – Decreto-Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro e respetivas alterações;

Em termos do regime financeiro de IVA a autarquia aplica o regime misto de afetação real de todos os bens, com uma periodicidade trimestral.

8.1.3 – Estrutura organizacional

A organização dos serviços municipais é estabelecida de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, tendo sido realizada uma reestruturação, no decorrer do ano 2017.

A nível da estrutura organizacional, e de acordo com o Aviso n.º 3312/2017, de 29 de março, publicado em

Diário da república, 2.ª série, n.º 63, de 29 de março, o qual aprovou o regulamento de organização dos serviços municipais, o Município de Tavira estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Divisão de Administração;
- Divisão Financeira;
- Divisão de Planeamento, Turismo, Inovação e Empreendedorismo;
- Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares;
- Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais;
- Divisão de Cultura, Património e Museus;
- Divisão de Equipamentos e Mobilidade;
- Divisão de Aprovisionamento e Infraestruturas;
- Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos;
- Divisão de Assuntos Sociais;
- Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia;
- Divisão Jurídica e Fiscalização;
- Gabinete de Comunicação e relações Públicas.

Integra ainda a estrutura da Câmara Municipal os seguintes gabinetes:

- Gabinetes de Apoio aos membros da Câmara Municipal
- Gabinete de Apoio à Presidência
- Gabinete de Apoio à Vereação
- Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil

8.1.4 – Descrição sumária das atividades

Divisão de Administração - Assegurar a atividade administrativa da Câmara Municipal, quando nos termos do presente regulamento esta função não estiver cometida a outros serviços, nomeadamente apoio aos órgãos municipais, recursos humanos, contratação e arquivo.

Divisão Financeira - Assegurar o bom funcionamento da administração financeira, com critérios de racionalidade e eficácia, zelando pela execução financeira do orçamento no estrito cumprimento das normas da contabilidade pública, colaborar na preparação do orçamento e no relatório de gestão, bem como na gestão de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

Divisão de Planeamento, Turismo, Inovação e Empreendedorismo – Coordenar o planeamento estratégico e urbanístico, fomentar a promoção turística, coordenar os processos de inovação e promover o empreendedorismo e o desenvolvimento económico no concelho.

Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares - Assegurar as ações de gestão urbanística, cabendo-lhe desempenhar as funções de licenciamento e fiscalização das operações urbanísticas, bem como a realização de ações de conservação e reabilitação urbana.

Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais - Elaborar estudos prévios, anteprojetos e projetos de execução relativos a edifícios, infraestruturas, espaços exteriores, vias de comunicação, equipamentos coletivos, todos da responsabilidade do município ou de entidades de carácter não lucrativo.

Divisão de Cultura, Património e Museus - Coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais, colaborar na conceção e gerir a rede de museus e núcleos museológicos municipais e os programas para as artes visuais.

Divisão de Equipamentos e Mobilidade - Assegurar a gestão e a manutenção de equipamentos, viaturas e máquinas, apoiar na definição de uma política global de mobilidade em todo o concelho, tendo em conta condicionantes de natureza regional e dos sistemas de transporte.

Divisão de Aprovisionamento e Infraestruturas - Assegurar a gestão e a manutenção do património municipal, nomeadamente edifícios e edifícios, o aprovisionamento e a gestão de stocks, e garantir o apoio logístico a eventos.

Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos - Promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental e valorização dos espaços verdes, bem como assegurar a realização das políticas municipais de desenvolvimento desportivo, gestão dos recursos materiais, gestão das instalações desportivas municipais, emissão de pareceres relativos à construção ou melhoramento das instalações desportivas municipais

Divisão de Assuntos Sociais - Programar e gerir atividades municipais nos domínios da solidariedade e ação social, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população e dos seus grupos mais vulneráveis, bem como a gestão do parque habitacional, o planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos, promovendo o desenvolvimento educacional do Município de acordo com parâmetros de qualidade e inovação e também a concretização das medidas adotadas no âmbito da política municipal de juventude

Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia - Coordenação, estudo, implementação e gestão de sistemas automatizados de informação a utilizar ou a fornecer pelos serviços do Município, atualizar, manter, conceber e propor a aquisição de aplicações que permitam a melhoria da eficiência e da produtividade dos serviços.

Divisão Jurídica e Fiscalização - Zelar pela legalidade de atuação do Município, prestando assessoria jurídica sobre quaisquer assuntos, questões ou processos de índole jurídica, assim como pugnar pela adequação e conformidade normativa dos procedimentos administrativos.

Gabinetes de Apoio aos membros da Câmara Municipal:

Gabinete de Apoio à Presidência – Apoiar a nível técnico e administrativo o Presidente, no desempenho das suas funções.

Gabinete de Apoio à Vereação – Apoiar a nível administrativo os vereadores, no desempenho das suas funções.

Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil - Na dependência direta do Presidente da Câmara Municipal, o gabinete tem por objetivo coordenar o corpo dos Bombeiros Municipais e assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil.

8.1.5 – Recursos humanos

No ano de 2019, o órgão executivo é composto pelo Presidente mais 7 vereadores, com e sem pelouro, tendo-se verificado algumas alterações na sua composição:

- Jorge Manuel do Nascimento Botelho – Presidente da Câmara Municipal de 1/jan a 24/out;
- Ana Paula Fernandes Martins – Vice-Presidente de 1/jan a 24/out e Presidente de 24/out a 31/dez;
- José Manuel Madeira Guerreiro - Vereador com pelouro de 1/jan a 31/dez;
- João Pedro da Conceição Rodrigues – Vereador com pelouro de 1/jan a 31/dez;
- Cristina Elvira Freitas Justo Martins - Vereador com pelouro de 1/jan a 20/jun;
- José Vitorino Rodrigues Pereira – Vereador com pelouro de 23/ago a 31/dez;
- Elsa Maria Simas Cordeiro – Vereadora sem pelouro de 1/jan a 31/dez;
- Daniel Alexandre de Sousa – Vereador sem Pelouro de 23/ago a 6/out e de 25/out a 31/dez;
- Rui Manuel Mestra Domingos – Vereador sem pelouro de 1/jan a 31/dez.

8.1.6 – Organização contabilística

O Município de Tavira está a utilizar diariamente a aplicação Sistema de contabilidade autárquica, com interligação ao Sistema de gestão de tesouraria (SGT), o programa de emissão de guias de recebimento e de faturas (TAX), o Sistema de informação e cadastro (SIC), o Gestão de stocks (GES), o Obras por administração direta (OAD), e o Sistema de gestão de faturação (SGF), todos da AIRC.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias.

No ano 2019, foram reconciliados todos os documentos de despesa e receita na contabilidade de custos. Pelo que é possível obter todos os mapas previstos no ponto 12.3 do POCAL.

8.1.7 Outras informações relevantes

8.1.7.1 Regulamentos internos e outros documentos informativos

O regulamento interno, o balanço inicial e o inventário, bem como as suas alterações foram aprovados pelos órgãos executivo e deliberativo, nas datas referidas no quadro seguinte.

DESIGNAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
Inventário	28/11/2001	30-nov-01	---	---
Sistema de controlo interno	01/01/2013	---	18-jun-13 29-abr-14	---
Balanço inicial	16/01/2002	21-jan-02	18-dez-02	17-dez-02

8.1.7.2 Ação inspetiva

No Município de Tavira ocorreram as seguintes ações inspetivas:

- IGAL em 2008, analisadas as áreas do urbanismo e empreitadas;
- Tribunal de Contas em 2001, período analisado 1999;
- IGAT em 1998, período analisado de 1990 a 1997.

8.1.7.3 Documentos de gestão

DESIGNAÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO	
	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO
Grandes opções do plano 2019	30-dez-18	29-nov-18
Orçamento 2019	30-dez-18	29-nov-18
Documentos de prestação de contas 2018	18-fev-19	28-fev-19

Os documentos de gestão do corrente ano foram aprovados pelos órgãos executivo e deliberativo, nas datas referidas no quadro anterior.

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas

No corrente ano não foram derrogadas nenhuma disposições do POCAL. Pelo que os dados do balanço e da demonstração de contas refletem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Município de Tavira.

8.2.2 Contas do balanço e demonstração de contas não comparáveis entre anos

No ano 2019, não houve nenhuma alteração de critérios, pelo que todas as contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

8.2.3 Critérios de valorimetria

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

- **Imobilizado** - o imobilizado adquirido no decorrer do ano 2019, foi valorizado ao custo de aquisição, tal como em anos anteriores, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. – Imobilização do POCAL.
- **Amortizações** - de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes, sendo que a taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril. As amortizações do exercício são efetuadas por duodécimos.
- **Existências** - nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado como critério o custo de aquisição, conforme o ponto 4.2.1 do POCAL, tendo sido adotado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
- **Dívidas de e a terceiros** - as dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
- **Disponibilidades** - As disponibilidades de caixa e depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- **Provisões** - as provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida cuja mora é superior ao prazo de vencimento e cujo risco está devidamente justificado, conforme o disposto no ponto 2.7.1 do POCAL.

- **Remunerações a liquidar** - a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, compreende uma estimativa dos encargos com férias e mês de férias do ano seguinte. Esta destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2018, perante os funcionários, pelos seus serviços prestados, a regularizar em 2018.
- **Acréscimos e diferimentos** - A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

8.2.6. Despesas de instalação, investigação e de desenvolvimento

Encontram-se contabilizados na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento os projetos de redes de águas.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Em 2019, registaram-se vários movimentos nas rubricas do ativo imobilizado, desde ajustamentos a aumentos, transferências e abates.

No quadro seguinte encontram-se espelhadas as várias movimentações ocorridas no decorrer do ano e que resultaram num aumento de 1,15% (€3.835.676,70) face ao ano anterior.

ATIVO BRUTO

							Unidade: €
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES/ AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES/ TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL	
De Bens de domínio público	200.479.916,00	0,00	708.215,70	0,00	-12.394,62	201.175.737,08	
Terrenos e recursos naturais	46.721.807,67	0,00	0,00	0,00	0,00	46.721.807,67	
Edifícios	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	
Outras construções e infra-estruturas	138.549.951,41	0,00	11.872,22	0,00	719.737,18	139.281.560,81	
Imobilizações em curso	15.163.156,92	0,00	696.343,48	0,00	-732.131,80	15.127.368,60	
De Imobilizações Incorpóreas	822.327,69	0,00	0,00	0,00	0,00	822.327,69	
Despesas de investigação e desenvolvimento	200.077,83	0,00	0,00	0,00	0,00	200.077,83	
Imobilizações em curso	622.249,86	0,00	0,00	0,00	0,00	622.249,86	
De Imobilizações Corpóreas	128.778.807,26	181.152,48	3.137.135,91	374,10	-178.806,87	131.917.914,68	
Terrenos e recursos naturais	27.473.564,84	175.612,87	0,00	374,10	0,00	27.648.803,61	
Edifícios e outras construções	63.888.037,88	0,00	5.104,50	0,00	302.318,18	64.195.460,56	
Equipamento básico	8.659.064,63	1.411,68	281.127,79	0,00	-17.279,85	8.924.324,25	
Equipamento de transporte	1.240.433,94	0,00	0,00	0,00	-12.247,34	1.228.186,60	
Ferramentas e utensílios	40.016,04	0,00	0,00	0,00	-503,76	39.512,28	
Equipamento administrativo	3.451.824,84	2.750,75	185.763,45	0,00	-153.849,42	3.486.489,62	
Outras imobilizações corpóreas	3.451.722,49	1.377,18	142.400,70	0,00	13.549,50	3.609.049,87	
Imobilizações em curso	19.936.902,60	0,00	2.522.739,47	0,00	-310.794,18	22.148.847,89	
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	637.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	637.240,00	
De Investimentos Financeiros	4.321.179,39	0,00	0,00	0,00	0,00	4.321.179,39	
Partes de capital	3.511.755,89	0,00	0,00	0,00	0,00	3.511.755,89	
Obrigações e títulos de participação	809.423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	809.423,50	
TOTAL	334.402.230,34	181.152,48	3.845.351,61	374,10	-191.201,49	338.237.907,04	

Face à complexidade da informação fornecida pelo presente quadro, importa esclarecer alguns dados do mesmo. Neste sentido, verificamos no quadro que tivemos cerca de 3 tipos de movimentações de património no corrente ano: os que resultaram da aquisição de ativo, e que se encontram refletidas na coluna dos “Aumentos”; as situações de empreitadas transferidas de imobilizado em curso para definitivo por se encontrarem reunidas todas as condições necessárias para o efeito, bem como algumas regularizações e abates de bens que se encontram na coluna “Abates/transferências”; e os montantes de resultaram de ajustamentos, valorizações e regularizações e que estão na coluna “Reavaliações/ajustamentos”.

No que concerne, aos montantes constantes na coluna das “Reavaliações/Ajustamentos”, registou-se um incremento patrimonial ligeiro de €181.152,48.

Em relação à coluna dos “Aumentos” verificaram-se aquisições no corrente ano no montante de cerca de 3,8 milhões de euros, em que cerca de 3,2 milhões de euros são obras em curso.

Quanto aos valores na coluna “Abates/Transferências”, como o próprio nome indica é onde se encontram refletidas as transferências de imobilizado e os abates. Onde se concluí que foram efetuadas transferências de imobilizado no corrente ano no montante de cerca de 1 milhão de euros.

8.2.8. Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

Face ao n.º elevado de bens registados é remetido em anexo para o tribunal de contas um mapa detalhado de todos os bens e respetivas amortizações e que se encontra sintetizado por classificação patrimonial no quadro seguinte.

Assim, temos que em 2019, por um lado registaram-se aumentos das amortizações acumuladas em €11.524.693,68 e por outro lado, houve lugar a um aumento por via de regularizações de amortizações acumuladas no montante de €166.698,54. Daqui resulta um saldo final de amortizações acumuladas de €140.309.211,18 e de provisões no valor de €573.205,46.

De referir ainda, que o inventário do Município de Tavira encontra-se praticamente registado e valorizado na sua totalidade, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural, dado que o mesmo carece de ser avaliado por entidades especializadas e até ao momento ainda não foi possível a realização da avaliação.

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	98.091.886,13	9.691.287,52	-17.993,46	107.801.167,11
Edifícios	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
Outras construções e infra-estruturas	98.046.886,13	9.691.287,52	-17.993,46	107.756.167,11
De Imobilizações Corpóreas	30.859.329,91	1.833.406,16	184.692,00	32.508.044,07
Terrenos e recursos naturais	24,88	149,28	0,00	174,16
Edifícios e outras construções	16.651.736,08	0,00	0,00	17.836.692,54
Edifícios	13.936.964,83	1.007.155,56	-2.519,30	14.946.639,69
Outras construções	2.714.771,25	175.281,60	0,00	2.890.052,85
Equipamento básico	7.443.285,82	297.195,89	22.910,18	7.717.571,53
Equipamento de transporte	845.207,13	60.779,16	12.247,34	893.738,95
Ferramentas e utensílios	40.016,04	0,00	503,76	39.512,28
Equipamento administrativo	3.168.379,21	157.531,77	153.849,42	3.172.061,56
Outras imobilizações corpóreas	2.710.680,75	135.312,90	-2.299,40	2.848.293,05
De Investimentos Financeiros	573.205,46	0,00	0,00	573.205,46
Partes de capital	573.205,46	0,00	0,00	573.205,46
TOTAL	129.524.421,50	11.524.693,68	166.698,54	140.882.416,64

8.2.9 Custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações

No corrente ano, não foram capitalizados quaisquer custos incorridos com empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

8.2.10 Reavaliação de bens de imobilizado

Não foram efetuadas reavaliações de imobilizado em 2019.

8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações

Não foram efetuadas reavaliações de imobilizado em 2019.

8.2.12. Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.

DIREITOS DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO MUNICÍPIO DE TAVIRA

Unidade: €

ART.º	DESIGNAÇÃO	VALOR
458	Parcela de terreno p/implantação de um reservatório de Água - Santo Estevão	27.932,68
7282	Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira	448.917,00
1089	Prédio urbano sito em Flor da Feiteira – Cachopo, destinado a centro de convívio	0,00

O Município de Tavira tem apenas 3 direitos de superfície a seu favor, conforme listagem anterior. E no que

concerne ao imobilizado cedido a terceiros, são os que constam da listagem seguinte, e ainda, as infraestruturas de rede de águas e saneamento e ETAR's que remontam a cerca de 2,9 milhões de euros líquidos, que estão cedidas à empresa local TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM, que tem a competência para a sua utilização.

IMOBILIZADO CEDIDO A TERCEIROS

Unidade: €

ART.º	DESIGNAÇÃO	VALOR	ART.º	DESIGNAÇÃO	VALOR
2302	Terreno sito em Cabanas de Tavira	44,59	1579	Terreno junto ao Centro de Saúde de Tavira	15.961,53
1263	Lote 1 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	139,88	4064	Lote A – sito na Horta do Carmo	87,19
1264	Lote 2 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	4065	Lote B – sito na Horta do Carmo	87,19
1270	Lote 3 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	73,18	5277	N.º 74e76 R.Poeta E. Costa; e R. J. Joaq. Jara, n.º. 65 - B	126.715,76
1265	Lote 4 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	147,00	33574-R	Terreno sito nas Cachamorras	12.469,95
1266	Lote 5 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	178,58	4664	Terreno - Loteamento Turmuge - Alvará 5/2002	25.000,00
1267	Lote 6 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	110,50	7497	Terreno - Jardim de Infancia e Ginásio	106.026,78
1268	Lote 7 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	71,82	2940	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 2	55.671,85
1269	Lote 8 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	67,69	2939	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 4	55.671,85
1133	Lote 9 - Bairro SAAL – Cabanas de Tavira	22,82	435	Terreno - Rua dos Mártires da República, n.º. 7	55.671,85
675-A	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	160,00	3105	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 1	47.796,32
675-B	Parcela de terreno junto ao Bairro Social de Cabanas	110,00	3106	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 3	47.796,32
2465	Terreno sito em Conceição de Tavira	7.481,97	3107	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 5	47.796,32
2223	Terreno no sítio da Igreja "Monte Verde"	28.782,59	3108	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 7	47.796,32
3077	Terreno sito em Conceição de Tavira	423.000,00	710	Terreno - Rua dos Mártires da República	97.765,20
1489	Terreno sito em Cachopo	339,47	3628	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, n.º. 5	54.042,43
3373	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3627	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, n.º. 3	54.042,43
3374	Terreno sito em Luz de Tavira	1.496,39	3626	Terreno - Travessa da Com. Lusíada, n.º. 1	54.042,43
2674	Lote B - Bloco 2 - Terreno sito em Luz de Tavira	36,63	3740	Terreno - Rua dos Mártires da República, n.º. 13	74.410,18
2442	Lote 5 - Bloco 5 - Terreno sito em Luz de Tavira	241,04	4264	Terreno - R. Mártires da República, n.º. 11	74.410,18
1354	Terreno sito em Luz de Tavira	44,93	4111	Terreno - Rua dos Mártires da República, n.º. 9	74.410,18
3209	Terreno sito na Luz de Tavira	60,53	4356	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 10	74.410,18
2601	Lote 1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4357	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 12	74.410,18
2602	Lote 2 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4209	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 6	74.410,18
3834	Lote 3 - Loteamento Municipal Santa Catarina	2.442,96	4210	Terreno - Rua da Comunidade Lusíada, n.º. 8	74.410,18
2814	Lote E1 - Loteamento Municipal Santa Catarina	7.330,09	6411	Lote de terreno - Lar de Terceira Idade	150.000,00
1912	Terreno em Santa Catarina	3.202,28	2679	Terreno - Loteamento Tavíamar - Alvará 1/2007	96.150,00
2605	Terreno, sito na urbanização Iagar - Conceição de Tavira	71.640,00	3486	Terreno sítio de S.Marcos - Estação Trat. Res. Sólidos	9.504,00
2258	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	87.539,03	5759	Terreno sito no Sítio de S. Marcos, Santa Maria	5.874,97
2256	Terreno, Sítio da Gomeira - Alvará de Loteamento 5/86	29.179,68	2661	Terreno no Sítio de S. Marcos - Estação comp. verdes	5.400,00
1360	Terreno para Construção de um Lar de Idosos	15.271,20	4354	Terreno destinado a equipamento social	565.200,00

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

A autarquia não efetuou nenhuma aquisição neste regime, no corrente ano.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

BENS DE IMOBILIZADO POR VALORIZAR

Unidade: €

DESIGNAÇÃO	MATRIZ	CONSERVATÓRIA
Freguesia de Tavira		
Largo Santana - Antigo prédio Militar n.º. 8	5515 e 33667-R	2868/960916
Prédio Misto denominado Fradilhao	901 e 33649-R	2447
Terreno - Atalaia	2 773	124/030785

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos não são objeto de amortização, de acordo com a Portaria n.º 671/2000 de 17 Abril.

8.2.16 Entidades participadas

Em conformidade com a resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, o órgão executivo deve enviar, conjuntamente com os respetivos documentos da prestação de contas, o mapa das participações da entidade conforme o anexo 1 dessa resolução.

Neste sentido, foram elaborados os seguintes quadros em conformidade com a resolução.

A. Participações em entidades societárias

ENTIDADE PARTICIPADA			PARTICIPAÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO				FORMA DE REALIZAÇÃO DO CAPITAL			OBS.
DENOMINAÇÃO	NIF	TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL	V. NOMINAL SUBSCRITO	%	V. NOMINAL REALIZADO	MONETÁRIO	EM ESPÉCIE	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	504761510	Societária	74140	331.797	19.952	6,01%	19.952	19.952	—	Em situação de insolvência
Águas do Algarve, SA	505176300	Societária	41000	29.825.000	709.138	2,38%	709.138	709.138	—	
ALGAR - Valorização e tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503600270	Societária	90020	7.500.000	159.675	2,13%	159.675	159.675	—	
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	501073035	Societária	64190	18.508.950	500	0,00%	500	500	—	
EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.	505873567	Societária	70110	498.798	478.846	96,00%	478.846	478.846	—	Em dissolução
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras pessoas de direito público	84114	417.857.175	796.424	0,19%	663.686	663.686	—	
Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, SA	503420360	Societária	75113	279.500	2.500	0,89%	2.500	2.500	—	Em situação de insolvência
Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa	508689424	Societária	70220	22.500.000	2.025.000	9,00%	2.025.000	2.025.000	—	
TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	507236335	Societária	36002	50.000	25.500	51,00%	25.500	25.500	—	

B. Participações em entidades não societárias

ENTIDADE PARTICIPADA			CAPITAL ESTATUTÁRIO			CONTRIBUIÇÃO			OBS.
DENOMINAÇÃO	NIF	TIPO DE ENTIDADE	CAE	CAPITAL ESTATUTÁRIO	EM "N"	FORMA DE REALIZAÇÃO MONETÁRIO	ESPÉCIE		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AM	91333	1.816.056	4.816	—	—	Valor da quota	
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333	—	604	—	—	Valor da quota	
ALSUD - Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Algarve, CIPRL	507624645	Não societária	85320	7.500	—	1.500	—		
CI-AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve	502971096	CIFG	84113	1.107.828	24.370	—	—	Valor da quota	

8.2.17 Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

O Município de Tavira não possui títulos negociáveis nem aplicações de tesouraria no corrente ano.

8.2.18 Discriminação de outras aplicações financeiras

Não foram efetuadas aplicações financeiras.

8.2.19 Diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos do ativo circulante e os preços de mercado.

8.2.20 Fundamentação do ponto 8.2.19

Não se aplica uma vez que não existiram diferenças.

8.2.21 Justificação de provisões extraordinárias que prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor

Não se foram efetuadas quaisquer provisões extraordinárias para este efeito, e a mesma não é aplicável a esta entidade.

8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa

As cobranças duvidosas são lançadas na conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes e refletem a receita liquidada e não cobrada a partir do momento em que é ultrapassado o prazo de validade para pagamento.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia

Não existem dívidas ativas e passivas ao pessoal da autarquia de Tavira.

8.2.24 Obrigações e outros títulos emitidos pela entidade

A autarquia não emitiu qualquer título ou obrigação.

8.2.25 Dívidas em mora na conta “Estado”

O Município de Tavira não tem dívidas em mora ao Estado.

8.2.26 Contas de Ordem

As contas de ordem refletem os movimentos que ocorreram em relação a garantias e cauções de terceiros, bem como os recibos para cobrança à responsabilidade do tesoureiro (documentos que resultaram de

débitos diretos efetuados até início de 2014).

No quadro seguinte verificamos de forma discriminada a referida movimentação, verificando-se em 2019 um saldo de garantias e caucões superior em €264.205, ao registado em 2018, situando-se nos €3.571.789. Por outro lado, os recibos para cobrança registaram uma diminuição de €11.783, passando a ser de €125.667.

CONTAS DE ORDEM

Unidade: €

RÚBRICAS	SALDO GERÊNCIA		MOVIMENTO ANUAL		SALDO P/GERÊNCIA SEGUINTE
	ANTERIOR		DEVEDOR	CREADOR	
0932 Garantias e caucões de Tereceiros, Prestadas	4.141.337		577.643	0	4.718.979
09321 Prestadas por fornecedores c/c	894.486		68.417	0	962.903
09322 Prestadas por fornecedores de Imobilizado	3.225.851		509.225	0	3.735.076
09322 Prestadas por outros credores	21.000		0	0	21.000
0933 Garantias e caucões de Tereceiros, Devolvidas	-808.587		0	287.392	-1.095.978
09331 Devolvidas a fornecedores de c/c	-210.957		0	287.392	-498.349
09332 Devolvidas a fornecedores de imobilizado	-597.630		0	0	-597.630
09333 Devolvidas a outros credores	0		0	0	0
0934 Garantias e caucões de Terceiros, Accionadas	-25.166		0	26.045	-51.212
09341 Accionadas a fornecedores de c/c	-25.166		0	0	-25.166
09342 Accionadas a fornecedores de imobilizado	0		0	26.045	-26.045
09343 Accionadas a outros credores	0		0	0	0
TOTAL de Garantias e Cauções	3.307.584		577.643	313.437	3.571.789
092 Recibos para Cobrança					
0921 À responsabilidade do tesoureiro	119.031		0	11.783	107.248
0922 À responsabilidade de outros agentes	18.420		0	0	18.420
TOTAL de Recibos para Cobrança	137.451		0	11.783	125.667
TOTAL	3.445.034		577.643	325.220	3.697.457

8.2.27 Provisões acumuladas

PROVISÕES ACUMULADAS

Unidade: €

CONTAS		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	301.551	0	51.426	250.125
292	Provisões para riscos e encargos	4.478.144	39.991	0	4.518.135
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	573.205	0	0	573.205

No que diz respeito às provisões para riscos e encargos, por um lado registou-se um aumento das “Provisões para riscos e encargos” em €39.991, face ao ano anterior, em resultado de novos processos judiciais de 2019, dos quais podem advir responsabilidades para a autarquia, e por outro lado, registaram-se diminuições das “Provisões de cobrança duvidosa” em €51.426.

8.2.28 Fundo patrimonial

O fundo patrimonial sofreu aumentos e reduções ao longo do corrente ano, passando de €214.695.869 para €205.166.783, ou seja, diminuiu em termos globais cerca de 9,5 milhões de euros.

O Património do Município, é onde se registam os fundos relativos à constituição do Município, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

No que concerne às reservas, verificou-se um ligeiro aumento de €600 nas “Doações”.

FUNDO PATRIMONIAL				
Unidade: €				
CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 Património	211.809.911	181.152	0	211.991.064
57 Reservas	10.837.817	600	0	10.838.417
571 Reservas legais	2.729.471	0	0	2.729.471
576 Doações	8.108.346	600	0	8.108.946
59 Resultados transitados	-7.951.859	0	-9.710.839	-17.662.698
TOTAL	214.695.869	181.752	-9.710.839	205.166.783

Em relação aos resultados transitados, verificou-se apenas a incorporação do resultado transitado do ano anterior, no montante de €9.710.839.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 2019, registaram-se compras no montante de €469.746 e foram efetuadas regularizações de existências no montante de €3.640. Tendo-se suportado custos com as matérias consumidas no montante de €444.461.

CMVMC		
Unidade: €		
MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS
Existências iniciais	0	434.102
Compras	0	469.746
Regularização de existências	0	-3.640
Existências finais	0	455.747
CUSTO DO EXERCÍCIO	0	444.461

De notar que existe uma ligeira diferença face ao montante constante da conta 61, no valor de €4.570,40, fruto de uma regularização que foi necessária para que o montante do stock apresentado pela aplicação GES coincidissem com o apresentado pelo SCA. Esta ligeira diferença resulta de pequenos acertos que não estão a

ter reflexos nas duas aplicações.

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Unidade: €

CONTAS	DESIGNAÇÃO	2019	2018
	Custos e perdas	2.440.530	2.391.444
681	Juros suportados	46.458	51.869
684	Provisões para aplicações financeiras	0	499.048
688	Outros custos e perdas financeiros	41.388	56.982
	Resultados Financeiros	2.352.684	1.783.545
	Proveitos e ganhos	2.440.530	2.391.444
781	Juros obtidos	21.260	15.280
783	Rendimentos de imóveis	2.128.137	2.131.203
784	Rendimentos de particip. de capital	291.133	244.961

No corrente ano, verificou-se um resultado financeiro positivo de €2.352.684, cerca de meio milhão de euros superior ao ano anterior, resultado das provisões de aplicações financeiras que ocorreram em 2018.

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Na demonstração de resultados extraordinários o resultado apresentou-se ligeiramente positivo de €26.704, depois de no ano anterior se ter verificado uma variação materialmente relevante em correções de anos anteriores, o que afetou o resultado desse ano.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Unidade: €

CONTAS	DESIGNAÇÃO	2019	2018
	Custos e perdas	478.988	551.742
691	Transf. de capital concedidas	105.688	1.071.586
693	Perdas em existências	7.428	854
694	Perdas em imobilizações	374	0
697	Correções anos anteriores	338.794	5.406.133
	Resultados extraordinários	26.704	-5.926.831
	Proveitos e ganhos	478.988	551.742
793	Ganhos em existências	7.689	8.809
794	Ganhos em imobilizações	57.000	10
795	Benefícios de penalidades contratuais	1.357	242.303
796	Reduções de amort. e de provisões	51.426	6.647
797	Correções anos anteriores	195.522	177.327
798	Outros proveitos e ganhos extra.	165.994	116.647

8.2.33 Acontecimentos após a data de balanço

A Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, declarou a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional do surto de novo coronavírus SARS-CoV -2 e que, em 11 de março de 2020, classificou a COVID -19 como uma pandemia.

Por Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, foi declarado o estado de emergência autorizado por Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março, com a duração de 15 dias, sem prejuízo de eventuais renovações, nos termos da lei, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, no sentido de habilitar o Governo à tomada de medidas para conter a proliferação de contágio de COVID-19

Neste contexto, foram estabelecidas um conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica, quer pelo governo, nomeadamente, através do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março e Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, quer pela autarquia através da sua proposta n.º 102/2020 de 26 de março, aprovada em reunião de câmara de 31 de março de 2020.

Na sequência das medidas tomadas pelo executivo, estima-se que se verifique uma redução da receita da autarquia proveniente de rendas de habitação social e de ocupação de espaço público e publicidade, mas que não terá um impacto significativo nas receitas totais do Município, dado que este tipo de receitas representou em 2019 cerca de 2% da receita corrente da autarquia. Por outro lado, o abrandamento económico poderá ter um reflexo mais significativo no que concerne ao imposto municipal sobre transmissão de imóveis.

É previsível que ocorra uma alteração na natureza das despesas do Município sendo previsível que se verifique um crescimento das despesas com apoios económicos sociais, e de aquisição de bens e serviços para o combate e prevenção da doença COVID, por contrapartida da redução de gastos com eventos culturais e desportivos, de entre outros.

No entanto, não se estima que a capacidade financeira da autarquia sofra em impacto que coloque em causa a sua sustentabilidade financeira.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MUNICÍPIO DE TAVIRA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 228.459.066 euros e um total de fundos próprios de 200.784.276 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.382.507 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 28.152.980 euros de despesa paga e um total de 49.408.539 euros de receita cobrada), do ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras constantes no ponto 8 do relatório de gestão que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no primeiro parágrafo e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos restantes parágrafos da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2019, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) no montante de 15.127.369 euros e 22.148.848 euros, incluem na sua grande maioria obras já concluídas e ainda situações de reparações em bens que ainda não foram objeto de avaliação. De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.

As contas da empresa municipal, Empet, E.M. - sociedade em liquidação, relativa ao exercício de 2019, ainda não estão elaboradas, nem aprovadas pelos respetivos órgãos de gestão. Dado que não dispomos de demonstrações financeiras auditadas da referida entidade, não podemos opinar sobre a necessidade de eventuais provisões.

Conforme referido no ponto 2.2.3.4 do relatório de gestão, o prazo de liquidação da Empet, E.M., foi prorrogado por mais um ano, conforme aprovação em reunião de câmara de 4 de junho e em sessão da assembleia geral de 21 de junho, proposta nº 137/2019. Em conformidade com o normativo contabilístico deveria ter sido abandonado o princípio da continuidade e adotado o princípio da liquidação. Não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que não estamos em condições de ajuizar da eventual necessidade da constituição de provisões.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

Conforme referido no ponto 8.2.12 do Anexo, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 2.860.000 euros (3.171.000 euros em 2018), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

Conforme referido na nota 8.2.33 do Anexo, o surto do Covid-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020, tendo alastrado ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de Março de 2020. Com base na informação disponível nesta data, o Executivo divulga na referida nota os principais impactos estimados e incertezas para o Município decorrentes da pandemia Covid-19.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou



conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda.
www.mca.pt

An independent member of
BKR
INTERNATIONAL
www.bkr.com

+30 Anos
de Credibilidade, Isonção e Competência

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Município, não identificámos incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 28 de maio de 2020

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representado por:

José Martins Correia - ROC